

VARIG

Brasil

RELATÓRIO ANUAL
2005



ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	17
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	22
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA EXECUTIVA.....	58
PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	59
PARECER DE CONSELHO FISCAL.....	61



BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)

1 SENHORES ACIONISTAS

A Administração da VARIG submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2005, acompanhados dos Pareceres dos auditores independentes e do Conselho Fiscal. Os valores estão expressos em milhares de Reais, exceto se de outra maneira explicitado.

Para a VARIG, 2005 foi um ano extremamente difícil. Em decorrência dos insatisfatórios resultados operacionais e das dificuldades para o equacionamento do equilíbrio econômico-financeiro agravou-se a situação da empresa. Isto obrigou a Companhia a concentrar seus esforços na busca de recursos para a manutenção das atividades operacionais, com redução relevante no número de aeronaves em operação e, conseqüentemente, da malha e freqüências oferecidas. Impossibilitada de promover aumento de capacidade, a participação detida pela empresa, principalmente no mercado doméstico, sofreu acentuada redução. Diante desse cenário adverso, afetado pela brusca elevação dos preços do combustível, e ainda enfrentando os desafios de uma acirrada concorrência, a Administração decidiu ingressar na Justiça com Pedido de Recuperação Judicial. Até a data da apresentação destas demonstrações financeiras foi a seguinte a evolução desse programa:

Em 17 de junho de 2005, a VARIG e as empresas relacionadas Rio Sul Linhas Aéreas S.A. e Nordeste Linhas Aéreas S.A. ingressaram na justiça com um pedido de Recuperação Judicial, com fundamento nos artigos 47 e 48 da Lei 11.101, de 9 de fevereiro de 2005. Referido pedido foi deferido através de decisão proferida, em 22 de junho de 2005, pelo Juízo de Direito da Oitava Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro.

Os principais atos e fatos relacionados à evolução deste processo, desde a data do deferimento do pedido apresentado até a data destas demonstrações financeiras estão sumariados a seguir.

► A Assembléia Geral Extraordinária da VARIG, realizada em 13 de julho de 2005, aprovou a proposta do Conselho de Administração e da Diretoria para o pedido de Recuperação Judicial, conforme autorizado pelo parágrafo único do artigo 122 da Lei 6.404/76.

► Foram contratadas as consultorias Lufthansa Consulting e UBS para assessorar a VARIG e as empresas relacionadas Rio Sul e Nordeste na elaboração do Plano de Recuperação Judicial. A primeira focando sua atuação na reestruturação operacional e a segunda atuando como consultora financeira.

► Em Assembléia Geral de Credores realizada em 19 de outubro de 2005, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) apresentou uma proposta para o equacionamento de alienação das empresas controladas pela VARIG. A proposta reflete os seguintes principais aspectos:

- Criação de uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) com a finalidade de adquirir as ações representativas do capital da Varig Logística S.A. e Varig Engenharia e Manutenção S.A. (VEM)
- Concessão de apoio financeiro aos investidores que assumissem o controle acionário da SPE, desde que estes se qualifikassem a receber crédito do BNDES, no montante de 2/3



BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)

(dois terços) do valor de aquisição das ações da Varig Log e VEM. Este apoio financeiro seria concedido em duas etapas, a saber:

Etapa 1: concedidos recursos suficientes para que, adicionados àqueles aportados por investidores, somassem no mínimo o valor equivalente a US\$ 62 milhões, quantia necessária para a negociação com as arrendadoras de aeronaves (*“lessors”*)

Etapa 2: Uma avaliação independente do valor das empresas Varig Log e VEM seria efetuada no prazo máximo de 90 dias e se o valor apurado fosse maior que US\$ 62 milhões o BNDES aportaria a diferença de recursos, sempre observando a proporcionalidade de 2/3 (dois terços).

Os recursos que seriam transferidos para a VARIG destinaram-se, exclusivamente, a pagamentos às arrendadoras e seriam depositados em uma conta vinculada específica (*“escrow account”*).

► Em 1 de novembro de 2005, o Conselho de Administração e a Diretoria da VARIG optaram pela TAP Transportes Aéreos Portugueses como o investidor para fazer parte da primeira etapa do plano apresentado pelo BNDES.

► Em Assembléia Geral de Credores realizada em 7 de novembro de 2005 foram aprovadas a proposta apresentada pelo BNDES e ratificada pelo Conselho de Administração e Diretoria da VARIG e a opção pela TAP Transportes Aéreos Portugueses como investidor.

► Em 8 de novembro de 2005 o Juízo da Oitava Vara Empresarial do Tribunal de Justiça da Comarca do Rio de Janeiro concedeu autorização judicial para que fossem firmados entre a VARIG e AERO – LB Participações S.A. os instrumentos necessários para a alienação, da primeira para a segunda, das ações correspondentes a 95% e 90% dos capitais totais da Varig Logística S.A. e da Varig Manutenção e Engenharia S.A., respectivamente.

► Em 9 de novembro de 2005 a VARIG e a AERO – LB Participações assinaram os instrumentos necessários para completar a transferência das ações da Varig Log e da VEM.

As controladas da VARIG, Varig Logística S.A. e Varig Engenharia e Manutenção S.A., sua controladora FRB-Par Participações S.A., a TAP Transportes Aéreos Portugueses participaram como intervenientes nos instrumentos assinados.

► Na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 14 de novembro de 2005, os acionistas aprovaram a alienação das empresas Varig Logística S.A. e Varig Engenharia e Manutenção S.A. ratificando, assim, a decisão tomada na Assembléia Geral de Credores realizada em 7 de novembro de 2005.

► Em 19 de dezembro de 2005, a Assembléia Geral de Credores aprovou o Plano de Recuperação Judicial apresentado pela VARIG S.A. e as empresas relacionadas Rio Sul e Nordeste. Em 5 de janeiro de 2006, o Colégio Deliberante da Fundação Ruben Berta ratificou esta aprovação.

As principais características do plano são:

- Classificação dos credores em três classes distintas, aplicando-se a cada classe condições específicas para liquidação de seus créditos ou para a conversão dos mesmos em quotas de Fundos de Investimento em Participações (FIPs – Crédito) especificamente criados para cada classe de credor.

- Criação de um Fundo de Investimento em Participações (FIP – Controle) que receberá a totalidade das ações ordinárias e preferenciais das Companhias detidas, direta ou indiretamente, pela Fundação Ruben Berta, FRB-Par Investimentos e Participações S.A. e Varig Participação em



BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)

Transportes Aéreos S.A. O Fundo será administrado por um banco de primeira linha e gerido por empresa especializada.

- As condições das dívidas repactuadas em decorrência do Plano de Recuperação estão demonstradas no item 5 adiante.

► Em 11 de janeiro de 2006, a VARIG S.A., exercendo a opção garantida no Contrato de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças, concluiu negociações com a Volo Brasil para que esta adquirisse as ações da Varig Logística S.A., anteriormente alienadas à Aero LB Participações S.A. A referida transação foi liquidada após a obtenção das necessárias aprovações societárias, judiciais e dos órgãos reguladores competentes.

2 DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

Um sumário do desempenho econômico-financeiro da VARIG, e VARIG e as empresas relacionadas Rio Sul e Nordeste (combinado) segue:

	VARIG CONTROLADORA		VARIG, RIO SUL e NORDESTE - COMBINADO	
	2005	2004	2005	2004
Receita líquida	6.644.898	7.476.683	6.708.572	7.659.156
Receita líquida - Operações de voo	6.402.997	7.053.586	6.466.671	7.236.059
Custo dos serviços prestados -Operações de voo	(5.295.661)	(5.183.390)	(5.363.592)	(5.368.544)
Despesas comerciais	(1.053.657)	(1.349.052)	(1.064.659)	(1.380.629)
Despesas administrativas	(178.021)	(180.964)	(180.836)	(191.172)
Resultado de voo	(124.342)	340.180	(142.416)	295.714
Outras receitas líquidas	241.901	423.097	241.901	423.097
Outros custos operacionais	(206.198)	(180.544)	(203.605)	(179.172)
Resultado de acordos operacionais	(9.289)	(129.378)	-	-
Resultado da atividade - EBIT	(97.928)	453.355	(104.120)	539.639
Participação frente a receita líquida	-1,5%	6,1%	-1,6%	7,0%
Despesas financeiras líquidas	(393.180)	(547.875)		
Resultado de participações	(126.440)	(38.244)		
Outros	(859.226)	45.597		
Resultado líquido	(1.476.774)	(87.167)		



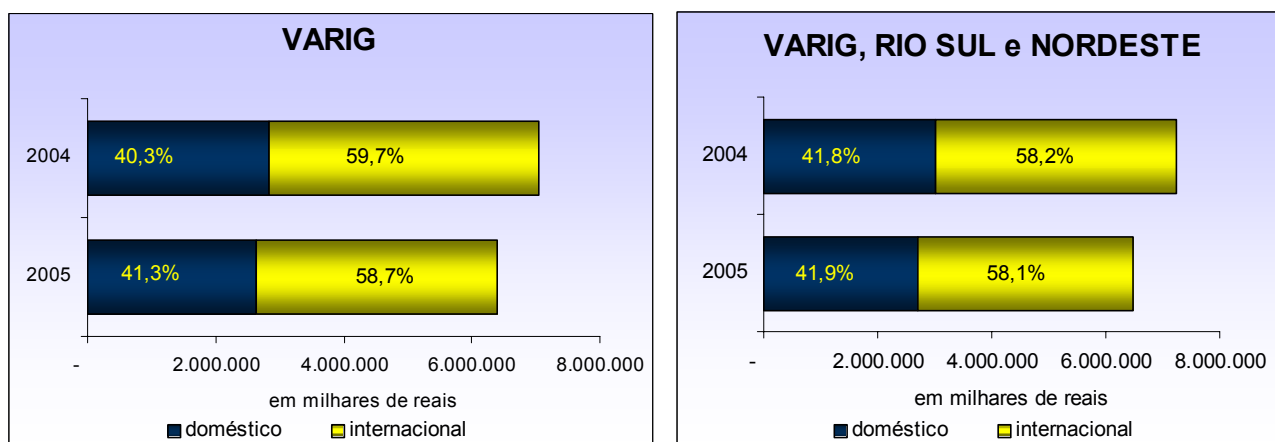
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)

2.1 Receita líquida – Operações de Vôo

As receitas líquidas – operações de vôo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2005, mostram um decréscimo de 9% sobre o exercício anterior na VARIG e 11% no combinado.

Não obstante o aumento na utilização diária média de suas aeronaves e manutenção de índices satisfatórios de ocupação a Companhia não atingiu os resultados esperados na geração de recursos com operações de vôo. Entre os principais fatores que direcionaram este desempenho cabe destacar que as receitas oriundas de vôos internacionais continuaram afetadas pela apreciação do Real frente ao dólar norte-americano. Por sua vez a existência de aeronaves paradas à espera de manutenção levou, inevitavelmente, a uma perda na competitividade, com redução da capacidade oferecida.

As receitas líquidas de vôo, para os mercados internacional e doméstico, apresentaram a seguinte evolução:



As taxas de aproveitamento dos assentos quilômetros oferecidos e utilizados, para os mercados doméstico e internacional, apresentaram a seguinte evolução:

	EXERCÍCIO FINDO EM 31 DEZEMBRO DE:		
	2005	2004	2003
Vôos Internacionais	77%	76%	75%
Vôos Domésticos	68%	66%	62%
Média	<u>74%</u>	<u>73%</u>	<u>71%</u>



BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)

2.2 Custos dos Serviços Prestados – Operações de Vôo

Para o ano findo em 31 de dezembro de 2005, a Varig apresentou um custo médio por assento-quilômetro (CASK) combinado – de R\$0,1711 (R\$0,1764 em 2004).

A manutenção do CASK está principalmente fundamentada no aumento do preço do combustível de aviação, compensado, com vantagem, por ações para redução de custos. Em adição ao descompasso entre o incremento do combustível, a manutenção de aeronaves paradas e sujeitas aos custos de arrendamento, no montante anual aproximado de US\$32 milhões, tem uma importante participação nesse incremento. Caso não tivéssemos esta despesa com aeronaves paradas nosso CASK teria sido de R\$0,1682 no combinado.

A participação percentual dos principais componentes de custos de vôo mudaram conforme o exposto a seguir:

<u>Componentes</u>	<u>% em relação ao custo total</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Combustível	40	36
Arrendamento de aeronaves	12	13
Pessoal	13	12
Revisão e manutenção	15	15
Tarifas aeroportuárias	8	9
Outros	12	15
	-----	-----
	100	100
	=====	=====

O custo médio do litro de combustível de aviação para o período de janeiro a dezembro de 2005 foi de R\$1,3458, um acréscimo de 14 % sobre o custo de R\$1,1802 apurado em 2004. O aumento no preço do petróleo foi o principal fator para as variações neste componente. Caso o preço do combustível tivesse mantido o mesmo patamar de 2004, tal custo seria R\$272 milhões menor no exercício.

O quadro a seguir demonstra os acréscimos nas despesas com combustível e a variação no consumo.

	VARIG			VARIG, RIO SUL e NORDESTE		
	2005	2004	var. %	2005	2004	var. %
Despesas c/ combustível (R\$ mil)	2.123.529	1.883.428	12,7	2.146.047	1.927.317	11,3
Combustível x custo de vôo	40,1%	36,3%	3,4p.p.	40,0%	35,9%	4,1p.p.
Consumo em litros (mil)	1.584.384	1.594.796	-0,7	1.598.747	1.628.160	-1,8
Custo por litro (centavos R\$)	134,0	118,1	13,5	134,2	118,4	13,3



BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)

2.3 Despesas comerciais

As despesas comerciais sofreram redução de R\$1.349.052 para R\$1.053.657 representando, respectivamente, 19% e 16% sobre a receita de vôo. Isto foi possível, em grande parte, pela adequação da estrutura comercial, além de renegociações de comissões com agentes localizados principalmente na Europa.

2.4 Resultado da atividade

Em decorrência de todos os fatores expostos o resultado da atividade retrocedeu bastante, passando de um resultado positivo R\$453.355 em 2004 para uma perda de R\$97.928 em 2005. A importante redução nas receitas líquidas de um lado e os efeitos exógenos correspondentes à elevação dos preços dos combustíveis de outro, respondem, em grande parte, por este desempenho. Como mencionado no item 2.2, caso não tivesse ocorrida a elevação dos preços dos combustíveis o resultado de vôo da Companhia teria sido positivo em R\$130 milhões no combinado.

2.5 Despesas financeiras líquidas

O montante das dívidas da Companhia, principalmente no que concerne ao refinanciamento de tributos e contribuições, e a posição de capital circulante resultaram, em 2005, em despesas financeiras de R\$ 580.582, valor que corresponde a cerca de 9% de suas receitas líquidas.

Dentre as despesas financeiras destacam-se os encargos sobre o PAES na ordem de R\$298 milhões (R\$291 milhões em 2004) e sobre o AERUS R\$ 44 milhões (R\$40 milhões em 2004) reduzidos pelo efeito decorrente da variação cambial que totalizou R\$ 193 milhões.



BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)

3 INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL

Os principais indicadores de desempenho operacional da VARIG, individualmente, e da VARIG com as empresas relacionadas Rio Sul e Nordeste para o exercício findo em 31 de dezembro de 2005 e 2004 estão demonstrados a seguir:

	VARIG			VARIG, RIO SUL e NORDESTE		
	2005	2004	Var. %	2005	2004	Var. %
Passageiros Transportados	12.733.334	12.500.363	1,9	12.978.352	13.044.160	-0,5
INTERNACIONAL	3.987.837	4.081.549	-2,3	3.987.837	4.081.549	-2,3
DOMÉSTICO	8.745.497	8.418.814	3,9	8.990.515	8.962.611	0,3
Ass x Km Oferecidos (000)	38.346.705	38.780.626	-1,1	38.631.817	39.338.286	-1,8
INTERNACIONAL	25.432.067	25.922.936	-1,9	25.432.067	25.922.936	-1,9
DOMÉSTICO	12.914.638	12.857.690	0,4	13.199.750	13.415.350	-1,6
Pax x Km Transportados (000)	28.401.012	28.248.600	0,5	28.570.749	28.592.315	-0,1
INTERNACIONAL	19.562.478	19.766.328	-1,0	19.562.478	19.766.328	-1,0
DOMÉSTICO	8.838.534	8.482.272	4,2	9.008.271	8.825.987	2,1
Aproveitamento (%) Pax x Km	74%	73%	1p.p.	74%	73%	1p.p.
INTERNACIONAL	77%	76%	1p.p.	77%	76%	1p.p.
DOMÉSTICO	68%	66%	2p.p.	68%	66%	2p.p.



BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)

4 FROTA

A composição da frota integrada de aeronaves da VARIG e das empresas relacionadas Rio Sul e Nordeste e suas alterações estão demonstradas a seguir:

4.1 – Aeronaves operacionais – média anual

Modelo de aeronaves	VARIG		VARIG, RIO SUL e NORDESTE	
	2005	2004	2005	2004
<u>Aeronaves operacionais - média anual</u>				
ERJ 145	0,0	0,8	0,0	5,5
B - 737/300	21,0	22,8	24,1	28,6
B - 737/400	4,0	1,9	4,0	1,9
B - 737/500	5,0	1,6	8,4	12,7
B - 737/700	0,0	0,4	2,0	2,3
B - 737/800	2,0	2,0	2,0	2,0
B - 757-200	3,9	0,6	3,9	0,6
B - 767/300	2,9	5,1	2,9	5,1
B - 767/300RT	1,7	2,0	1,7	2,0
B - 777/200	6,0	3,0	5,8	3,2
MD - 11	11,5	13,1	11,5	13,1
TOTAL	58,0	53,3	66,3	77,0

4.2 – Total de aeronaves da frota em 31 de dezembro

Modelo de aeronaves	VARIG		VARIG, RIO SUL e NORDESTE	
	2005	2004	2005	2004
<u>Total de Aeronaves Grupo VARIG</u>				
B - 737/200	2	2	2	2
B - 737/300	27	28	31	32
B - 737/400	4	4	4	4
B - 737/500	6	7	9	12
B - 737/700	0	0	2	2
B - 737/800	2	2	2	2
B - 757-200	4	3	4	3
B - 767/300	3	6	3	6
B - 767/300RT	2	2	2	2
B - 777/200	8	5	8	5
MD - 11	12	15	12	15
TOTAL	70	74	79	85



BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)

5 ENDIVIDAMENTO

Em 23 de fevereiro de 2006, a Assembléia Geral de Credores da “VARIG”, S. A. (Viação Aérea Rio-Grandense) – “Em Recuperação Judicial” e as empresas relacionadas Rio Sul Linhas Aéreas S.A.- “Em Recuperação Judicial” e Nordeste Linhas Aéreas S.A. – “Em Recuperação Judicial” ratificou o detalhamento do plano de recuperação judicial aprovado na assembléia de 19 de dezembro de 2005, e teve a dívida reestruturada como segue:

→ **Credores Classe I**

Todos os créditos dos aeronautas e aeroviários serão quitados, sem alteração de seus valores ou das condições originais de pagamento, no prazo máximo de um ano a contar da data de ajuizamento do pedido de recuperação judicial.

Os créditos serão quitados considerando-se o seguinte:

- FGTS: na forma de contrato celebrado com a Caixa Econômica Federal, ou a vista, nos casos dos saques previstos pelo regulamento do Fundo;
- Plano de Incentivo a Aposentadoria: nas condições originalmente pactuadas.

→ **Credores Classe II – Aerus**

As condições acordadas para a quitação dos créditos detidos pelo Aerus são como segue:

Os créditos incluídos na classe II e relativos à contribuições em atraso da patrocinadora serão liquidados de acordo com as condições descritas no “Instrumento Particular de Consolidação e Repactuação de Dívidas, com Pacto Suspensivo de Exigibilidade, Amortizáveis a Termo Certo e Oferecimento de Garantias”, de 14 de março de 2003, a partir de 31 de janeiro de 2006. Os créditos vencidos e não pagos e correspondentes ao período de maio a dezembro de 2005 foram incorporados aos saldos pactuados no Instrumento Particular acima referido. Os pagamentos serão efetuados em cento e noventa e seis parcelas mensais.

→ **Demais credores Classe II e Classe III**

Haverá um período de carência da dívida de 36 meses contados a partir de fevereiro de 2006; porém os credores das classes II e III, exceto o Aerus, participarão de rateio de um valor total de R\$100 milhões que será amortizado da dívida total, em trinta e seis parcelas mensais, iguais e sucessivas a partir de 28 de fevereiro de 2006, observadas as seguintes condições:

- 80% do montante total acima referido será rateado entre os credores da classe II;



BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)

- 20% do montante total será rateado e pago aos credores da classe III, sendo que metade do valor será apropriada em função dos valores dos créditos individuais e a outra metade apropriada linearmente ao número de credores.

Os critérios do rateio bem como a classificação nas classes estão descritos no detalhamento do Plano de Recuperação Judicial.

→ **Saldo remanescente credores Classe II**

Os saldos remanescentes dos demais credores da Classe II serão liquidados da seguinte maneira:

Brazilian American Merchant Bank: os saldos de empréstimos obtidos junto ao Brazilian American Merchant Bank – BAMB, no montante de USD 55,7 milhões, serão liquidados em 4 anos, após o período de carência de 3 anos. O vencimento final foi fixado para 28 de janeiro de 2013. Sobre o valor da dívida incidirão juros anuais de 4,75%, devidos a partir de 17 de junho de 2005. Os juros auferidos desde esta data até o final do período de carência serão incorporados ao principal da dívida. Findo o período de carência, a liquidação da dívida será efetuada em 48 parcelas mensais e sucessivas, que incluirão os respectivos encargos financeiros.

A VARIG comprometeu-se ainda a transferir ao BAMB, por Dação em Pagamento, imóveis de sua propriedade localizados na Quadra CN-02 e constituídos pela Torre Norte, Bloco B da Quadra 4 do Setor Comercial Norte Sul, Brasília, Distrito Federal. Os imóveis deverão ser entregues em um prazo de 18 meses contados a partir de 13 de fevereiro de 2006, dentro de certas condições detalhadas no Plano de Recuperação Judicial.

Demais credores: terão seus saldos remanescentes quitados em 48 parcelas mensais e sucessivas, após um período de carência de 36 meses contado a partir de 28 de fevereiro de 2006. Os encargos financeiros pactuados são como segue:

- a) Para dívidas em moeda estrangeira: Variação cambial acrescida de juros anuais de 4,75%.
- b) Para dívidas em moeda nacional: Correção monetária com base no IGP-M acrescida de juros anuais de 4,75%.

Para ambos os casos os juros serão computados a partir de 17 de junho de 2005 e os valores auferidos até o final do período de carência serão incorporados ao valor do principal da dívida.

→ **Saldo remanescente credores Classe III**

Terão seus saldos remanescentes quitados em 84 parcelas mensais e sucessivas, após um período de carência de 36 meses contado a partir de 28 de fevereiro de 2006. Os encargos financeiros pactuados são como segue:

- c) Para dívidas em moeda estrangeira: Variação cambial acrescida de juros anuais de 4,75%.



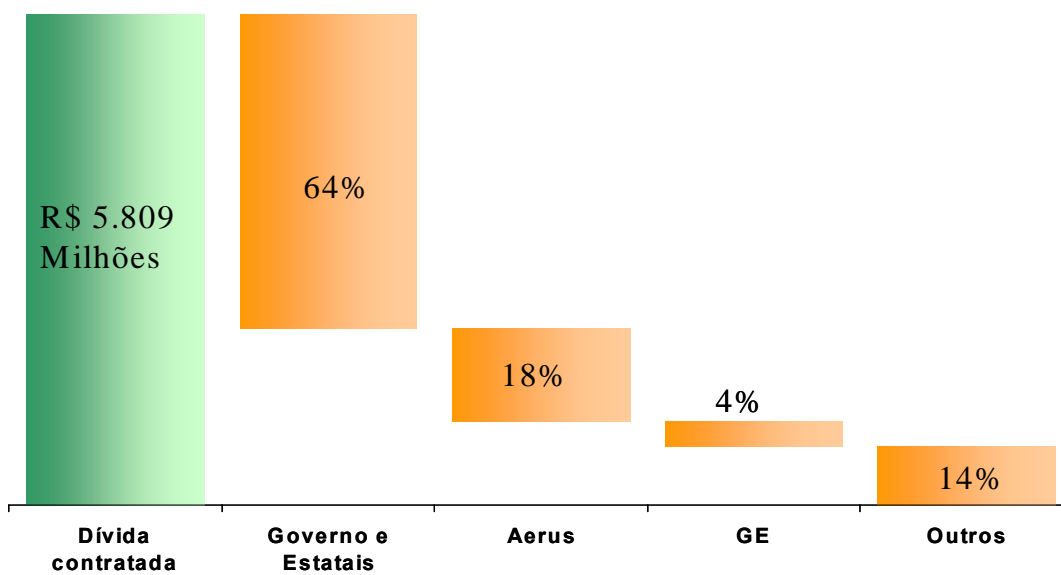
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)

- d) Para dívidas em moeda nacional: Correção monetária com base no IGP-M acrescida de juros anuais de 4,75%.

Para ambos os casos os juros serão computados a partir de 17 de junho de 2005 e os valores auferidos até o final do período de carência serão incorporados ao valor do principal da dívida.

O endividamento da VARIG em 31 de dezembro de 2005, já refletindo as alterações decorrentes do Plano de Recuperação Judicial, está sumarizado a seguir.

Credor	Último vencimento	Saldo em 31/12/05
PAES	Jul-2018	3.249
INFRAERO	Jan-2013	194
PETROBRAS	Jan-2013	57
Banco do Brasil	Jan-2013	134
General Eletric	Jan-2013	261
Aerus	Abr-2022	1.086
Outros credores	diversos	828
TOTAL		5.809





BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)

6 PASSIVO A DESCOBERTO (PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO)

Conforme descrito na Nota Explicativa 19, a Companhia possui importantes créditos contingentes, os quais somente serão reconhecidos nos registros contábeis quando de sua efetiva realização, isto é, recebimento pecuniário ou compensação com passivos existentes, segundo o conservadorismo das práticas contábeis. Por outro lado, essas mesmas práticas requerem a atualização de passivos contingentes de longo prazo com a conseqüente carga ao resultado do exercício e ao patrimônio líquido. Economicamente, o passivo a descoberto em 31 de dezembro de 2005 seria radicalmente modificado como a seguir demonstrado:

Valores em milhões de Reais	
Passivo a Descoberto em 31 de dezembro de 2005	(7.921)
- Crédito tributário, representado por ICMS a recuperar - Valor corrigido estimado	1.329
- Crédito da Ação de Defasagem Tarifária — Valor líquido estimado	3.000
- Crédito tributário por prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias	2.702
Passivo a Descoberto Ajustado	(890)

7 RECURSOS HUMANOS E RESPONSABILIDADE SOCIAL

7.1 Quadro de Pessoal

O quadro de pessoal dedicado a atividade de transporte aéreo de passageiros (VARIG, RIO SUL e NORDESTE), conta com a seguinte quantidade de funcionários:

CATEGORIA	BRASIL	EXTERIOR	TOTAL
AEROVIÁRIOS	6.265	306	6.571
AERONAUTAS	5.331	2	5.333
TOTAL	11.596	308	11.904



BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)

7.2 Plano de Previdência Privada

A VARIG e as empresas relacionadas Rio Sul e Nordeste são patrocinadoras do Instituto AERUS de Seguridade Social, com o objetivo de complementar as aposentadorias de seus funcionários.

8 SMILES

Em 2005 o Smiles passou por um extenso processo de revitalização objetivando enfatizar, ainda mais, suas vantagens em relação às opções oferecidas pela concorrência. O processo requereu investimentos relevantes, principalmente em quatro frentes: relacionamento com clientes, parcerias, novas tecnologias e comunicação.

Assim o Smiles, maior Programa de Milhagem na América Latina encerrou o exercício de 2005 atingindo a marca de 5,5 milhões de participantes, praticamente repetindo o crescimento apresentado no exercício anterior de aproximadamente 9%. Em 31 de dezembro de 2005 o programa contava com a participação de 120 parceiros estratégicos representados por, entre outros, hotéis, restaurantes, cartões de crédito e locadoras de veículos.

Desde a data de sua implantação, em 1994, até o encerramento do exercício de 2005, o programa Smiles distribuiu, como prêmio, aproximadamente 4 milhões de passagens aos seus participantes. Somente no exercício de 2005 foram distribuídos 729.630 prêmios. Esses números, per se, evidenciam a excelência do programa e o alto nível de adesão por ele alcançado.

As receitas obtidas com o programa Smiles, através das parcerias estabelecidas alcançaram expressivos R\$277 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2005, um acréscimo de 19% sobre o montante correspondente ao exercício anterior.



BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)

9 STAR ALLIANCE

A Star Alliance, maior aliança global de empresas aéreas da qual a VARIG é integrante congrega outras 16 empresas aéreas líderes de mercado que transportam, anualmente, 382 milhões de passageiros, cobrindo 842 destinos em 152 países e oferecem mais de 620 salas VIP no mundo.

10 PRÊMIOS

Como tradicionalmente acontece, durante 2005 a VARIG acumulou um número expressivo de troféus e prêmios, entre os quais se destacam:

- Prêmio de Companhia Aérea do Ano (Revista Avião Revue);
- Prêmio de Melhor Companhia Aérea - Vôos Internacionais (Revista Viagem e Turismo 2005).
- Prêmio de Melhor Companhia Aérea Nacional (Revista Brasil Travel News).
- VARIG votada a maior, mais querida e mais brasileira cia aérea (Pesquisa IBOPE 2005).
- Prêmio de Melhor Companhia Aérea Nacional (Revista Avião Revue)
- Prêmio Awarded Superbrands 2005.
- Prêmio Empresa Líder da América do Sul (World Travel Awards 2005).
- Empresa Aérea Mais Popular do Brasil (DAC).

11 RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES

A política da VARIG em relação aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria das demonstrações financeiras, se consubstancia nos princípios que preservam a independência profissional. Esses princípios se baseiam na premissa de que o auditor não deve revisar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais ou, ainda, advogar para o seu cliente.

Durante o exercício de 2005, a VARIG não contratou a firma BDO Trevisan Auditores Independentes para outros trabalhos que não fosse a auditoria independente das demonstrações financeiras.

A Administração



BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
CIRCULANTE		
Disponibilidades	94.636	109.834
Contas a receber	529.724	661.267
Empresas relacionadas	19.385	90
Depósitos especiais	187.454	135.716
Impostos a recuperar	53.011	41.178
Estoques	31.042	25.404
Pagamentos antecipados	194.361	147.737
Outros créditos	<u>199.992</u>	<u>13.653</u>
Total do circulante	<u>1.309.605</u>	<u>1.134.879</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Empresas relacionadas	542.388	486.507
Depósitos especiais	181.580	175.436
Créditos tributários	-	87.323
Outros créditos	<u>63.818</u>	<u>71.464</u>
Total do realizável a longo prazo	<u>787.786</u>	<u>820.730</u>
PERMANENTE		
Investimentos	52.816	495.117
Imobilizado	<u>185.216</u>	<u>192.407</u>
Total do permanente	<u>238.032</u>	<u>687.524</u>
TOTAL DO ATIVO	<u><u>2.335.423</u></u>	<u><u>2.643.133</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais)

<u>PASSIVO</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
CIRCULANTE		
Fornecedores	95.120	427.812
Empréstimos, financiamentos e debêntures	134.249	353.922
Financiamentos de obrigações fiscais	263.501	239.490
Taxas, impostos e contribuições	175.708	250.398
Salários e encargos sociais	199.045	76.453
Arrendamento mercantil a pagar	57.225	215.254
Empresas relacionadas	21.486	59.597
Contas a pagar	283.924	132.317
Transportes a executar	459.100	629.601
Provisões diversas	<u>421.385</u>	<u>247.538</u>
Total do circulante	<u>2.110.743</u>	<u>2.632.382</u>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.337.886	1.716.785
Financiamentos de obrigações fiscais	3.073.490	3.053.381
Empresas relacionadas	165.325	148.758
Arrendamento mercantil a pagar	108.494	103.850
Provisão do passivo atuarial	728.411	407.093
Provisões diversas	13.318	11.353
Provisões para contingências	<u>1.718.622</u>	<u>1.013.623</u>
Total do exigível a longo prazo	<u>8.145.546</u>	<u>6.454.843</u>
PASSIVO A DESCOBERTO		
Capital social realizado	248.514	248.514
Reserva de reavaliação de investimentos	-	72.932
Prejuízos acumulados	<u>(8.169.380)</u>	<u>(6.765.538)</u>
Total do passivo a descoberto	<u>(7.920.866)</u>	<u>(6.444.092)</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u>2.335.423</u>	<u>2.643.133</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

RECEITAS OPERACIONAIS	2005	2004
Receitas de voo	6.514.310	7.135.920
Outras receitas operacionais	269.809	457.853
Impostos sobre receita	(139.221)	(117.090)
Receita operacional líquida	<u>6.644.898</u>	<u>7.476.683</u>
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS		
Custos de voo	(5.295.661)	(5.183.390)
Resultado de acordo operacionais	(9.289)	(129.378)
Outros custos operacionais	(206.198)	(180.544)
	<u>(5.511.148)</u>	<u>(5.493.312)</u>
LUCRO BRUTO	1.133.750	1.983.371
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas comerciais	(1.053.657)	(1.349.052)
Honorários da administração	(3.754)	(3.554)
Despesas administrativas	(174.267)	(177.410)
	<u>(1.231.678)</u>	<u>(1.630.016)</u>
RESULTADO DA ATIVIDADE	(97.928)	453.355
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS		
Receitas financeiras	48.539	29.211
Despesas financeiras	(580.582)	(594.087)
Variações monetárias de obrigações e créditos	138.863	37.297
Impostos s/ receitas financeiras e variações monetárias	-	(20.296)
	<u>(393.180)</u>	<u>(547.875)</u>
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES	(126.440)	(38.244)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERAC., LÍQUIDAS	(673.824)	60.486
RESULTADO OPERACIONAL	(1.291.372)	(72.278)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(185.402)	(14.889)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>(1.476.774)</u>	<u>(87.167)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) por ação no final do exercício em R\$	<u>(21,12)</u>	<u>(1,25)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004
 (Em milhares de reais)

	Capital social realizado	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003	248.514	83.306	(6.688.745)	(6.356.925)
Realização da reserva de reavaliação	-	(10.374)	10.374	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(87.167)	(87.167)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004	248.514	72.932	(6.765.538)	(6.444.092)
Realização da reserva de reavaliação	-	(72.932)	72.932	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(1.476.774)	(1.476.774)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	<u>248.514</u>	<u>-</u>	<u>(8.169.380)</u>	<u>(7.920.866)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004**
(Em milhares de reais)

	2005	2004
ORIGENS DE RECURSOS		
De terceiros:		
Nas operações (vide abaixo)	-	385.530
Financiamento a longo prazo	771.324	66.750
Transferências do curto prazo para o exigível a longo prazo	-	43.594
Redução do realizável a longo prazo	94.969	12.658
Total das origens	<u>866.293</u>	<u>508.532</u>
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Nas operações (vide abaixo)	151.293	-
Acréscimos do ativo permanente:		
Imobilizado técnico	12.491	14.827
Aumento do realizável a longo prazo	6.144	7.614
Redução do exigível a longo prazo	-	-
Total das aplicações	<u>169.928</u>	<u>22.441</u>
REDUÇÃO (AUMENTO) NA INSUFICIÊNCIA DE CAPITAL CIRCULANTE	<u>696.365</u>	<u>486.091</u>
REPRESENTADA POR		
Capital circulante no fim do exercício:		
Ativo circulante	1.309.605	1.134.879
Passivo circulante	2.110.743	2.632.382
	(801.138)	(1.497.503)
Capital circulante no início do exercício	<u>(1.497.503)</u>	<u>(1.983.594)</u>
REDUÇÃO (AUMENTO) NA INSUFICIÊNCIA DE CAPITAL CIRCULANTE	<u>696.365</u>	<u>486.091</u>
DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS APLICADOS NAS OPERAÇÕES SOCIAIS		
Prejuízo líquido do exercício	(1.476.774)	(87.167)
Itens que não afetam o capital circulante líquido:		
Depreciações e amortizações	21.763	21.682
Variações monetárias de créditos e obrigações a longo prazo	492.542	140.593
Resultado de participações	126.440	38.244
Baixa de imobilizado	2.798	9.517
Baixa de investimentos	311.724	-
Baixa de créditos tributários e outros	-	-
Constituição de provisões para contingências	48.896	66.387
Outros resultados	321.318	196.274
RECURSOS GERADOS DAS (APLICADOS NAS) OPERAÇÕES	<u>(151.293)</u>	<u>385.530</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A “VARIG”, S. A. (Viação Aérea Rio-Grandense) – “Em Recuperação Judicial” explora comercialmente, mediante concessão ou autorização dos poderes públicos competentes, transportes aéreos em geral, de passageiros, bagagens, e cargas, através de linhas e serviços aéreos domésticos e internacionais.

Em decorrência das dificuldades financeiras enfrentadas a Companhia e as empresas relacionadas Rio Sul Linhas Aéreas S.A.- “Em Recuperação Judicial” e Nordeste Linhas Aéreas S.A. – “Em Recuperação Judicial” ingressam na justiça com um pedido de Recuperação Judicial, o qual foi deferido pelo Juízo da Oitava Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro em 22 de junho de 2005.

Em 19 de dezembro de 2005, a Assembléia Geral de Credores aprovou o Plano de Recuperação Judicial apresentado pela Companhia e as empresas relacionadas Rio Sul e Nordeste. Subsequentemente, em 5 de janeiro de 2006, o Colégio Deliberante da Fundação Ruben Berta, ratificou esta aprovação. Em 17 de março de 2006, foi contratada a empresa Alvarez & Marsal para conduzir o processo de implantação do Plano de Recuperação Judicial.

Conforme descrito na nota explicativa 9, como parte das ações tomadas pela Administração para a implantação do plano de recuperação, a Companhia vendeu, em 9 de novembro de 2005, 95% das ações que detinha da controlada Varig Logística S.A. e 90% das ações que detinha da controlada VEM – Varig Engenharia e Manutenção S.A..

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005 refletem os ajustes e reclassificações resultantes de acordos efetuados com credores, segundo condições estabelecidas no Plano de Recuperação Judicial.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Classificação contábil

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses da data do balanço são considerados como de longo prazo.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

b) Disponibilidades

As aplicações financeiras estão avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída de acordo com a avaliação do grau de risco de realização dos créditos com os clientes, incluindo créditos de empresas em processo de falência, concordata ou cobrança judicial, sendo o seu montante considerado suficiente para a cobertura de prováveis perdas na realização das contas a receber.

d) Transações em moeda estrangeira

São contabilizadas pela taxa de conversão do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos em reais utilizando as taxas de câmbio em vigor nas datas de encerramento dos exercícios. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado à medida que ocorrem.

e) Ativos e passivos sujeitos à atualização monetária

Itens sujeitos à variação monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contrato.

f) Estoques

São avaliados pelo custo médio das compras ou de produção, ou pelos valores de mercado ou de reposição, entre estes o que for menor. A provisão para obsolescência é registrada para os itens de consumíveis e reparáveis.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

h) Investimentos

Os investimentos em coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial ou custo corrigido. Os demais investimentos são apresentados pelo custo de aquisição e, se aplicável, deduzidos de provisão para perda necessária para torná-los adequados ao valor provável de realização.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

i) Imobilizado

É avaliado pelo custo, acrescido de reavaliações, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As depreciações são computadas pelo método linear, tomando-se por base a vida útil estimada dos bens. Melhorias nos bens existentes são capitalizadas, enquanto custos de manutenção e reparos são lançados no resultado. Materiais alocados a projetos específicos são adicionados às imobilizações em andamento.

j) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais, acrescidos dos respectivos encargos incorridos até as datas de encerramento dos exercícios.

k) Contratos de arrendamento de aeronaves

Os custos com arrendamento de aeronaves, cujos contratos estabeleçam opção de compra, são reconhecidos no resultado em função do valor das respectivas contraprestações e da vida útil estimada das aeronaves. O excesso da contraprestação em relação à parcela mensal de depreciação é registrado no ativo imobilizado e será amortizado no período compreendido entre o término do contrato de arrendamento mercantil e o fim da vida útil estimada das aeronaves.

l) Imposto de renda e contribuição social

São computados com base nas disposições da legislação vigente, às alíquotas aplicáveis. Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporais na extensão em que a sua realização seja provável.

m) Provisões

A provisão para revisão e reparos de equipamentos de vôo é constituída com base nas horas voadas e representa cobertura dos custos a realizar com manutenções futuras.

A provisão para o programa de milhagem - Smiles é constituída com base na estimativa de conversão em prêmios das milhas acumuladas no programa conquistadas pelos clientes e não resgatadas, valorizados pelos custos adicionais por passageiro a ser transportado.

Provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, tributários, cíveis e comerciais, nas instâncias administrativa e judicial, são reconhecidas tendo como base as opiniões dos assessores legais e as melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes nas datas de encerramento dos exercícios.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Os demais passivos circulantes e exigíveis à longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias.

o) Reconhecimento da receita

As receitas de vendas são reconhecidas por ocasião da efetiva prestação de serviços, e os valores correspondentes àquelas cujos serviços ainda não foram prestados permanecem na conta “Transportes a executar” no passivo circulante, limitado à validade legal das passagens aéreas. Em decorrência da integração das atividades operacionais da Companhia com as empresas relacionadas Rio Sul Linhas Aéreas S. A. – “ Em Recuperação Judicial” e Nordeste Linhas Aéreas S. A. – “ Em Recuperação Judicial”, os resultados globais auferidos são distribuídos entre as empresas substancialmente em virtude da participação de cada uma delas no total da frota combinada.

p) Plano de pensão

A Companhia patrocina um plano de contribuição definida para seus funcionários. Os custos correntes, relativos ao plano de contribuição definida, são determinados pelo montante da contribuição requerida para o período e contabilizados pelo regime de competência.

q) Prejuízo por ação

Calculado com base no número de ações em circulação nas datas de encerramento dos exercícios.

r) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração compute estimativas e adote premissas relacionadas com ativos e passivos reportados, divulgação de ativos e passivos contingentes nas datas das demonstrações financeiras e montantes reportados de receitas e despesas para os respectivos períodos. Resultados reais podem diferir dessas estimativas.

s) Demonstrações Financeiras do exercício anterior

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2004 foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de comparabilidade.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

4. DISPONIBILIDADES

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Caixa e bancos	91.600	98.043
Aplicações financeiras:		
Em reais:		
Fundos de investimento	542	458
Em dólares norte-americanos:		
Overnight	<u>2.494</u>	<u>11.333</u>
	<u><u>94.636</u></u>	<u><u>109.834</u></u>

As aplicações financeiras efetuadas no Brasil em 31 de dezembro de 2005, totalizando R\$ 542 (R\$458 em 31 de dezembro de 2004), foram caucionadas como garantia de empréstimos obtidos.

5. CONTAS A RECEBER

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
No país	471.256	529.688
No exterior	203.532	267.577
Outros valores a receber no exterior	4.687	5.270
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(149.751)</u>	<u>(141.268)</u>
	<u><u>529.724</u></u>	<u><u>661.267</u></u>

6. DEPÓSITOS ESPECIAIS

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Garantia de contratos de arrendamento	120.434	141.475
Depósitos judiciais	77.078	76.204
Depositos em Garantia (b)	40.291	53.086
Deposito em Garantia BSP (c)	68.488	-
Deposito em Garantia – IATA (a)	50.910	26.544
Outros depósitos	<u>11.833</u>	<u>13.843</u>
	<u><u>369.034</u></u>	<u><u>311.152</u></u>
Menos- parcelas de curto prazo	<u>(187.454)</u>	<u>(135.716)</u>
Realizável a longo prazo	<u><u>181.580</u></u>	<u><u>175.436</u></u>



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

- (a) Refere-se a depósito em Garantia junto a Internation Air Transportation Association – IATA Clearing House.
- (b) Refere-se a depósito em garantia frente a mantenedoras de cartão de crédito.
- (c) Refere-se a depósito em garantia frente a câmaras de compensação de agentes de turismo.

7. ESTOQUES

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Materials de serviço de bordo	19.298	17.834
Consumíveis	5.771	8.698
Materials diversos	5.973	538
Provisão para obsolescência	-	(1.666)
	<u>31.042</u>	<u>25.404</u>

8. PAGAMENTOS ANTECIPADOS

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Prêmio de seguros	27.185	28.086
Comissões de vendas a apropriar	81.653	88.807
Adiantamento a prestadores de serviços	59.909	4.511
Comissão de financiamento	2.016	2.485
Arrendamento mercantil	6.954	15.838
Outros	16.644	8.010
	<u>194.361</u>	<u>147.737</u>



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

9. INVESTIMENTOS

a) Valores dos investimentos

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Em sociedades coligadas:		
PLUNA Líneas Aéreas Uruguayas S.A.	-	4.564
VEM - Varig engenharia e Manutenção S.A .	43.981	476.851
Outros	<u>8.835</u>	<u>13.702</u>
	<u><u>52.816</u></u>	<u><u>495.117</u></u>

Outros investimentos estão representados, principalmente, por imóveis, os quais estão arrendados a terceiros. Os imóveis estão registrados pelos valores líquidos de depreciação.

b) Informações relevantes relativas às controladas diretas são sumarizadas a seguir:

	<u>2005</u>			<u>2004</u>		
	Capital social	Equivalência patrimonial	Participação no capital social - %	Capital social	Equivalência patrimonial	Participação no capital social - %
VARIG Logística S. A.	231.832	(63.993)	4,61	231.832	(17.139)	99,88
PLUNA Líneas Aéreas Uruguayas S. A.	8.729	(12.978)	49,00	8.729	(9.006)	49,00
VEM - Varig Engenharia e Manutenção S. A.	501.294	<u>(49.469)</u> <u>(126.440)</u>	9,99	501.294	<u>(12.099)</u> <u>(38.244)</u>	99,99

Em 9 de novembro de 2005 a Companhia alienou 95% das ações que detinha na controlada Varig Logística S.A. e 90% das ações que detinha na controlada Varig Engenharia e Manutenção S.A.

A partir dessa data a Companhia, conforme artigo 5º da Instrução CVM 247/96, deixou de avaliar os investimentos nas empresas Varig Logística S.A e Varig Engenharia e Manutenção S.A. pelo método de equivalência patrimonial.

Em 11 de janeiro de 2006, a VARIG S. A., exercendo a opção garantida pelo contrato de Compra de Ações e Outras Avenças assinado para consubstanciar as alienações acima, solicitou que a Aero LB Participações, compradora original das ações da Varig Logística as transferisse a Volo do Brasil S.A.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

Os resultados apurados nestas transações e refletidos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2005 estão demonstrados a seguir.

<u>Descrição</u>	<u>Varig Log</u>	<u>VEM</u>	<u>Total</u>
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto) base para a apuração do resultado na alienação	(75.451)	426.002	350.551
Percentual de participação	95%	90%	-
Parcela do patrimônio líquido alienado	(71.678)	383.402	311.724
Valor da alienação	(88.222)	(52.080)	(140.302)
	-----	-----	-----
Ganho ou (perda) na alienação	159.900	(331.322)	(171.422)
	=====	=====	=====

10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas consolidadas são como segue:

	<u>CIRCULANTE</u>				<u>LONGO PRAZO</u>			
	<u>ATIVO</u>		<u>PASSIVO</u>		<u>ATIVO</u>		<u>PASSIVO</u>	
	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
SATA - Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo S.A .	-	-	2.799	59.113	-	-	43.845	-
Rio Sul Linha Aéreas S.A . - "Em Recuperação Judicial"	18.694	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste Linhas Aéreas S.A . - "Em Recuperação Judicial"	-	-	732	-	-	-	-	-
Pluna Líneas Aéreas Uruguayas	-	-	-	-	1.729	-	-	1.806
Varig Logística S.A	-	-	-	-	71.628	34.941	-	-
VEM - Varig Engenharia e Manutenção S.A	-	-	15.951	-	-	-	87.630	113.368
Fundação Ruben Berta	-	-	-	-	-	-	33.440	33.584
Companhia Tropical de Hotéis	483	-	-	375	-	-	410	-
VARIG Participações em Transportes Aéreos S.A .	-	-	-	-	94.460	97.896	-	-
VARIG Participações em Serviços Complementares S.A .	-	-	-	-	372.290	352.010	-	-
FRB-Par Investimentos S.A .	-	-	-	-	2.281	1.660	-	-
Outras	208	90	2.004	109	-	-	-	-
	<u>19.385</u>	<u>90</u>	<u>21.486</u>	<u>59.597</u>	<u>542.388</u>	<u>486.507</u>	<u>165.325</u>	<u>148.758</u>



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

	Resultado Operacional	
	2005	2004
SATA - Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo S.A	(78.823)	(88.707)
Rio Sul Linha Aéreas S.A . - "Em Recuperação Judicial"	(9.201)	(88.174)
Nordeste Linhas Aéreas S.A .- "Em Recuperação Judicial"	(87)	(41.204)
Varig Logística S.A	203.040	284.800
VEM - Varig Engenharia e Manutenção S.A	(261.384)	(308.064)
	<u>(146.455)</u>	<u>(241.349)</u>

A Companhia está negociando com a empresa Varig Logística o contas a receber referente a prestação de serviços de arrendamento dos porões para o transporte de cargas. A realização do mesmo dependerá do sucesso das negociações em curso que a Companhia está mantendo com a empresa relacionada.

Os passivos de curto prazo referem-se, sobretudo, à prestação de serviços auxiliares de pista e manuseio de carga.

Os ativos de longo prazo, com exceção da Varig Logística, referem-se a empréstimos de mútuo por assunção de dívida com juros anuais variando entre 100% e 101% da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - taxa DI, acrescidos de 0,5% ao mês.

Os passivos de longo prazo referem-se à comissão de aval sobre garantias prestadas na captação de empréstimos e financiamentos e empréstimos de mútuo, com juros anuais de 100% da taxa DI, acrescidos de 0,5% ao mês e prestação de serviços de manutenção de aeronaves cujas dívidas estão inseridas na recuperação judicial na classe III.

As transações que a Companhia efetua com partes relacionadas têm bases semelhantes àquelas realizadas com terceiros, considerando-se os volumes, prazos e riscos envolvidos.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

11. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação - %	2005			2004
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado técnico:					
Equipamentos de voo	3,3 a 20	115.064	(102.696)	12.368	13.704
Benfeitoria em aeronaves de terceiros	5 a 20	42.069	(32.540)	9.529	7.035
Equipamento de treinamento e simuladores de voo	10 a 14,2	8.231	(7.980)	251	298
Arrendamento de aeronaves	-	96.980	-	96.980	96.980
Equipamentos e instalações	10 a 20	138.985	(115.968)	23.017	27.822
Veículos	20	4.812	(4.502)	310	317
Imóveis	4 a 11	65.131	(51.828)	13.303	10.058
Benfeitorias em imóveis de Terceiros	5 a 25	212.842	(192.583)	20.259	24.988
		684.114	(508.097)	176.017	181.202
Imobilizações em andamento	-	9.199	-	9.199	11.205
		693.313	(508.097)	185.216	192.407

A conta "Arrendamento de aeronaves" registra o excesso da contraprestação dos custos com arrendamento mercantil de aeronaves, cujos contratos estabeleçam opção de compra, em relação à parcela mensal de depreciação registrada no ativo imobilizado para posterior amortização no período compreendido entre o término do contrato de arrendamento mercantil e o fim da vida útil estimada das aeronaves, conforme descrito na nota explicativa nº 3.k.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

12. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	2005			2004
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Empréstimos e financiamentos (a)	1.530	17	1.547	717.109
Financiamento de taxas e contribuições	-	-	-	1.047.165
Refinanciamentos de arrendamento mercantil	-	-	-	133.935
Debêntures	-	-	-	172.498
Reestruturação Recuperação Judicial	132.719	2.337.869	2.470.588	-
	<u>134.249</u>	<u>2.337.886</u>	<u>2.472.135</u>	<u>2.070.707</u>

a) Os valores da rubrica “empréstimos e financiamentos” referem-se a empréstimos derivados de capital de giro.

b) As principais dívidas reestruturadas no Plano de Recuperação Judicial estão demonstradas no quadro a seguir:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

	2005		2004	
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Total
Aerus - Instituto Aerus de Seguridade Social				
Financiamento reclassificado para Recuperação Judicial	103.354	982.947	1.086.301	1.042.935
GE - Engines Services Incorporation				
Financiamentos reclassificado para Recuperação Judicial, com juros anuais de 4,75%, mais a variação do dólar .	4.480	137.226	141.706	174.980
GE- Capital Aviation Services Incorporation				
Financiamentos reclassificado para Recuperação Judicial, com juros anuais de 4,75%, mais a variação do dólar .	3.920	114.870	118.790	156.609
Brazilian American Merchant Bank (USA):				
Financiamentos reclassificado para Recuperação Judicial, com juros anuais de 4,75%, mais a variação do dólar .	4.323	129.341	133.664	157.980
Debêntures - Infraero: Empresa brasileira de Infraestrutura Aeroportuária				
Financiamentos reclassificado para Recuperação Judicial, com juros anuais de 4,75%, mais a variação do IGPM	5.663	188.005	193.668	172.498
Internacional Lease Finance Corp. (USA)				
Financiamentos reclassificado para Recuperação Judicial, com juros anuais de 4,75%, mais a variação do dólar .	815	50.023	50.838	38.921
PLM Worldwide (USA)				
Financiamentos reclassificado para Recuperação Judicial, com juros anuais de 4,75%, mais a variação do dólar .	76	2.272	2.348	-
Sunrock Aircraft Corporation Limited				
Financiamentos reclassificado para Recuperação Judicial, com juros anuais de 4,75%, mais a variação do dólar .	279	16.068	16.347	12.310
Merrill Lynch International				
Financiamentos reclassificado para Recuperação Judicial, com juros anuais de 4,75%, mais a variação do dólar .	575	17.429	18.004	-
C.I.T. Leasing corporation				
Financiamentos reclassificado para Recuperação Judicial, com juros anuais de 4,75%, mais a variação do dólar .	222	12.558	12.780	-
Wells Fargo 24098 / 24377				
Financiamentos reclassificado para Recuperação Judicial, com juros anuais de 4,75%, mais a variação do dólar .	41	2.614	2.655	-
GATX third aircraft Corporation				
East Trust sub 14				
GATX 737-800 Partners III, B.V.:				
Financiamentos reclassificado para Recuperação Judicial, com juros anuais				



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

de 4,75%, mais a variação do dólar .	599	23.191	23.790	-
Wells Fargo Bank Northwest (Wells Fargo Trust 07/04/2004)				
Financiamentos reclassificado para Recuperação Judicial, com juros anuais				
de 4,75%, mais a variação do dólar .	345	14.709	15.054	-
Grupo Ansett:				
Ansett Worldwide Aviation Limited:				
Ansett Worldwide Aviation U.S.:				
AWMS I:				
Financiamentos reclassificado para Recuperação Judicial, com juros anuais				
de 4,75%, mais a variação do dólar .	163	14.469	14.632	-
Grupo Debis:				
Gustav Leasing II Limited				
Financiamentos reclassificado para Recuperação Judicial, com juros anuais				
de 4,75%, mais a variação do dólar .	80	4.782	4.862	-
Petrobras Distribuidora S/A				
Financiamentos reclassificado para Recuperação Judicial, com juros anuais				
de 4,75%, mais a variação do IGPM	1.948	55.267	57.215	45.333
Sojitz Corporation				
Financiamentos reclassificado para Recuperação Judicial, com juros anuais				
de 4,75%, mais a variação do dólar .	15	41.474	41.489	83.099
Grupo Boeing				
Financiamentos reclassificado para Recuperação Judicial, com juros anuais				
de 4,75%, mais a variação do dólar .	26	156.887	156.913	-
Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Banrisul				
Financiamentos reclassificado para Recuperação Judicial, com juros anuais				
de 4,75%, mais a variação do dólar .	45	6.967	7.012	-
SR Technics Switzerland				
Financiamentos reclassificado para Recuperação Judicial, com juros anuais				
de 4,75%, mais a variação do dólar .		4.079	4.079	-
Mitsui & CO., Ltd e Mitsui Leasing & Development, Ltd e Tombo Capital Corporation				
Financiamentos reclassificado para Recuperação Judicial,				
Com juros anuais de 4,75%, mais a variação do dólar .		62.344	62.344	-
Wells Fargo Bank Northwest, National Association (Wells Fargo - Central)				
Financiamentos reclassificado para Recuperação Judicial, com juros anuais				
de 4,75%, mais a variação do dólar .		28.388	28.388	-
	126.969	2.065.910	2.192.879	1.884.665
Outros empréstimos e financiamentos.	5.750	271.959	277.709	186.042
	132.719	2.337.869	2.470.588	2.070.707



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

Os valores de curto prazo referem-se ao de carência da dívida de 36 meses contados a partir de fevereiro de 2006; considerando somente a parcela do rateio do qual participam os credores da Classe II e III de um valor total de R\$100 milhões para Varig e as empresas relacionadas Rio Sul e Nordeste que será amortizado da dívida total, em trinta e seis parcelas mensais, iguais e sucessivas a partir de 28 de fevereiro de 2006, observadas as seguintes condições:

- 80% do montante total acima referido será rateado entre os credores da classe II;
- 20% do montante total será rateado e pago aos credores da classe III, sendo que metade do valor será apropriada em função dos valores dos créditos individuais e a outra metade apropriada linearmente ao número de credores.

Os critérios do rateio bem como a classificação nas classes estão descritos no detalhamento do Plano de Recuperação Judicial.

→ **Saldo remanescente credores Classe II**

Os saldos remanescentes dos demais credores da Classe II serão liquidados da seguinte maneira:

Brazilian American Merchant Bank: os saldos de empréstimos obtidos junto ao Brazilian American Merchant Bank – BAMB, no montante de USD 55,7 milhões, serão liquidados em 4 anos, após o período de carência de 3 anos. O vencimento final foi fixado para 28 de janeiro de 2013. Sobre o valor da dívida incidirão juros anuais de 4,75%, devidos a partir de 17 de junho de 2005. Os juros auferidos desde esta data até o final do período de carência serão incorporados ao principal da dívida. Findo o período de carência, a liquidação da dívida será efetuada em 48 parcelas mensais e sucessivas, que incluirão os respectivos encargos financeiros.

A VARIG comprometeu-se ainda a transferir ao BAMB, por Dação em Pagamento de imóveis de sua propriedade localizados na Quadra CN-02 e constituídos pela Torre Norte, Bloco B da Quadra 4 do Setor Comercial Norte Sul, Brasília, Distrito Federal. Os imóveis deverão ser entregues em um prazo de 18 meses contados a partir de 13 de fevereiro de 2006, dentro de certas condições detalhadas no Plano de Recuperação Judicial.

Demais credores: terão seus saldos remanescentes quitados em 48 parcelas mensais e sucessivas, após um período de carência de 36 meses contado a partir de 28 de fevereiro de 2006. Os encargos financeiros pactuados são como segue:

- e) Para dívidas em moeda estrangeira: Variação cambial acrescida de juros anuais de 4,75%.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

- f) Para dívidas em moeda nacional: Correção monetária com base no IGP-M acrescida de juros anuais de 4,75%.

Para ambos os casos os juros serão computados a partir de 17 de junho de 2005 e os valores auferidos até o final do período de carência serão incorporados ao valor do principal da dívida.

→ **Saldo remanescente credores Classe III**

Terão seus saldos remanescentes quitados em 84 parcelas mensais e sucessivas, após um período de carência de 36 meses contado a partir de 28 de fevereiro de 2006. Os encargos financeiros pactuados são como segue:

- g) Para dívidas em moeda estrangeira: Variação cambial acrescida de juros anuais de 4,75%.
- h) Para dívidas em moeda nacional: Correção monetária com base no IGP-M acrescida de juros anuais de 4,75%.

Para ambos os casos os juros serão computados a partir de 17 de junho de 2005 e os valores auferidos até o final do período de carência serão incorporados ao valor do principal da dívida.

Os créditos novados com base no Plano de Recuperação Judicial não alteram as garantias originalmente contratadas conforme o artigo 59 da Lei de Recuperação Judicial (Nº 11.101/05) que são conforme segue:

1. Aerus: Como garantia ao cumprimento das obrigações assumidas, a Companhia oferece ao Aerus a utilização preferencial dos recursos que serão creditados em sua conta corrente nº 411.437-X - Banco do Brasil, agência 1755-8, oriundos de recursos provenientes da venda de passagens aéreas efetuadas através do cartão de crédito American Express - AMEX. Adicionalmente, são oferecidos como garantia: (a) a caução de 5% das ações que a Companhia detém da VEM - Varig Engenharia e Manutenção S. A. e VARIG Logística S. A.; e (b) caução de parte do direito da Companhia de crédito contra a União Federal, reconhecido nos autos da Ação Ordinária nº 93.00.02252-0 em curso no Tribunal Regional Federal da Primeira Região, até o limite do valor pactuado no Instrumento Particular;
2. Infraero: Recebíveis de venda de passagens aéreas entre 1º e o 10º, e o 21º e o 30º dia de cada mês do órgão BSP;
3. Sojitz : Recebíveis de venda de passagens aéreas através de cartão de crédito no Japão;
4. Brazilian American Merchant Bank: Imóveis em Brasília e Manaus;



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

5. GE Capital: Recebíveis de cartão de crédito providos de França e Inglaterra;

6. Petrobrás: Recebíveis de cartão de crédito.

13. ARRENDAMENTO MERCANTIL

Os volumes de compromissos decorrentes dos arrendamentos financeiros e operacionais, em 31 de dezembro de 2005, totalizam R\$148.256 e R\$1.219.265, respectivamente, e as parcelas serão devidas nos seguintes exercícios:

	<u>Financeiro</u>	<u>Operacional</u>	<u>Total</u>
2006	93.474	373.629	467.103
2007	54.782	262.406	317.188
2008	-	205.101	205.101
2009	-	141.069	141.069
2010 em diante	-	237.060	237.060
	<u>148.256</u>	<u>1.219.265</u>	<u>1.367.521</u>

14. TAXAS, IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Taxas e contribuições por conta de terceiros	83.904	143.199
Cofins, PIS e ICMS	60.757	66.642
Taxas aeroportuárias	31.047	40.557
	<u>175.708</u>	<u>250.398</u>

15. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Salários a pagar	86.795	55.316
Previdência social	80.239	12.438
FGTS	30.475	5.536
Contribuições ao Instituto Aerus de Seguridade social	1.536	3.163
	<u>199.045</u>	<u>76.453</u>



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

16. CONTAS A PAGAR

A composição dos saldos de contas a pagar é a seguinte:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Adiantamento Aero LB Participações S.A.	134.540	-
Notas promissórias a pagar	35.733	30.730
Serviços de "handling"	9.539	10.286
Congêneres a pagar	13.168	12.739
Adiantamento de serviços prestados	35.790	45.878
Seguros a pagar	26.928	29.221
Outras	28.226	3.463
	<u>283.924</u>	<u>132.317</u>

O adiantamento da Aero LB Participações S.A. refere-se a transação de alienação das controladas Varig Logística S.A. e Varig Engenharia e Manutenção conforme demonstrado na nota explicativa 9.

17. PROVISÕES DIVERSAS

As provisões diversas estão compostas como segue:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Revisão e reparos de aeronaves	228.389	54.355
Férias e encargos	97.603	106.344
Programa de milhagem - Smiles	78.990	69.953
Provisão para perda sobre investimentos em empresa coligada	13.318	11.353
Outras	16.403	16.886
	434.703	258.891
Menos- parcelas de curto prazo	<u>(421.385)</u>	<u>(247.538)</u>
Exigível a longo prazo	<u>13.318</u>	<u>11.353</u>



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

18. FINANCIAMENTOS DE OBRIGAÇÕES FISCAIS

A composição dos financiamentos de obrigações fiscais é como segue:

	2005	2004
PAES - Receita Federal	1.601.990	1.572.957
PAES - Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	1.646.700	1.638.472
Parcelamento FGTS	84.398	77.783
Parcelamento ICMS	207	881
Parcelamento ISS	3.696	2.778
	<u>3.336.991</u>	<u>3.292.871</u>
Menos- parcelas de curto prazo	<u>(263.501)</u>	<u>(239.490)</u>
Exigível a Longo prazo	<u>3.073.490</u>	<u>3.053.381</u>

a) Parcelamento especial - PAES - Receita Federal e INSS

Em 30 de julho de 2003, com base na Lei nº 10.684 de 30 de maio de 2003, a Companhia e suas controladas ingressaram com Pedido de Parcelamento Especial - PAES na Secretaria da Receita Federal e no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, referente a obrigações de INSS, Cofins, Finsocial, CPMF, IRPJ, PIS e CSSL vencidos nos períodos-base anteriores a janeiro de 2003. Como vários desses tributos haviam, anteriormente, sido compensados com tributos da mesma natureza, para determinar os valores a serem incluídos no PAES a Companhia desconsiderou as compensações feitas e calculou, retroativamente, as multas e a atualização com base na variação da taxa Selic. Como consequência da adesão da Companhia ao PAES, o saldo devedor do parcelamento de impostos e encargos sociais em aberto em 31 de janeiro de 2003 também foi consolidado no novo parcelamento. O valor total parcelado foi de R\$3.120.157, a ser pago em 180 prestações mensais a partir de setembro de 2003, acrescido de juros correspondentes à variação mensal da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

As parcelas referentes ao parcelamento do INSS, vencidas parcialmente entre janeiro de 2004 a dezembro de 2005, foram liquidadas por meio da compensação de valores a receber do fundo aeroviário. Em decorrência deste procedimento o INSS, em carta datada de 3 de dezembro de 2004, informou à Companhia que a mesma estava excluída do PAES pelo fato de as compensações efetuadas não constarem do seu Sistema de Cobrança. Em 1 de fevereiro de 2005, em decisão sobre Ação Ordinária impetrada pela Companhia contra o INSS, foi deferido o pedido de Antecipação de Tutela para que a Companhia possa continuar adimplindo as cotas de parcelamento, obstando, assim, sua exclusão do PAES até que a legitimidade das compensações efetuadas seja confirmada ou não. Até a data de apresentação destas demonstrações financeiras nenhuma decisão final sobre este assunto havia sido emitida pelas autoridades competentes. O



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

montante dos créditos compensados de Fundo Aeroviário estão registrados na rubrica provisão para contingências.

Não obstante os valores do PAES não terem sido homologados até a data de apresentação destas demonstrações financeiras, e haver liquidação de certos tributos correntes e de parcelas do PAES por meio de compensação e inadimplência de tributos correntes a dívida declarada foi contabilizada e classificada assumindo a sua aceitação pelas autoridades competentes e considerando-se o prazo de liquidação estabelecido pelos programas.

a) Parcelamento do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

Durante o exercício de 2004, a Companhia obteve autorização para o parcelamento dos valores referentes ao FGTS do período de junho de 2002 a julho de 2004. O parcelamento foi efetuado em 180 prestações a partir de setembro de 2004, as quais são acrescidas pela taxa referencial – TR mais 0,25% ao mês.

b) Parcelamento de impostos estaduais e municipais

Durante o exercício de 2003, a Companhia obteve autorização para o parcelamento de suas obrigações referentes a ICMS e ISS vencidas em períodos anteriores. O parcelamento foi efetuado em prestações variando de 30 a 60 meses, as quais são acrescidas de atualização monetária mensal e juros.

Os saldos de financiamentos de obrigações fiscais exigíveis à longo prazo, em 31 de dezembro de 2005, têm seus vencimentos como segue:

2007	267.152
2008	266.855
2009	266.428
2010 em diante	<u>2.273.055</u>
	<u><u>3.073.490</u></u>



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2005, foi provisionado o montante de R\$1.718.622 (R\$1.013.623 em 31 de dezembro de 2004), o qual, conforme a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento. A classificação dos valores provisionados, segundo a natureza dos respectivos processos, é como segue:

<u>Natureza</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Tributos e tarifas não recolhidos por força de ações em andamento	1.551.627	887.905
Trabalhistas	149.232	109.200
Cíveis	17.763	16.518
	<u>1.718.622</u>	<u>1.013.623</u>

Tributos e tarifas não recolhidos por força de ações em andamento

A Companhia está questionando, administrativa e judicialmente, a constitucionalidade da natureza, a composição da base de cálculo, as modificações de alíquotas e a expansão da base de cálculo de alguns tributos e tarifas, objetivando assegurar o não-recolhimento ou a recuperação de valores julgados indevidos no passado.

As seguintes principais ações estão em andamento:

- i) O Departamento de Aviação Civil - DAC, por meio de Portaria emitida em outubro de 1999, passou a exigir o recolhimento de contribuição ao Fundo Aeroviário - FA equivalente a 1% das tarifas constantes dos bilhetes emitidos, estendendo a exigibilidade para as empresas de aviação regionais. Anteriormente, a alíquota exigida era de 3%. A Companhia está questionando judicialmente a cobrança de referida contribuição e, baseada em liminar obtida, não efetuou os recolhimentos correspondentes ao período de maio de 1999 a dezembro de 2005. Os valores não recolhidos, atualizados monetariamente, totalizam a R\$ 234.382 em 31 de dezembro de 2005 (R\$186.382 em 31 de dezembro de 2004) e estão provisionados.
- ii) Seguro de Acidente de Trabalho - SAT - A Companhia ingressou em juízo objetivando uma declaração judicial da inexigibilidade da contribuição e obteve, preliminarmente, o direito de compensar os montantes pagos em períodos anteriores com contribuições sociais da mesma natureza. Em decisão proferida em 20 de março de 2003, sobre recurso extraordinário



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

- impetrado por outro contribuinte, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, confirmando acórdão do TRF da 4ª Região, julgou que é constitucional a exigibilidade do SAT, bem como sua regulamentação. Conseqüentemente, a Administração, fundamentada em opinião de seus assessores legais, decidiu provisionar as compensações acumuladas, atualizadas monetariamente, as quais totalizam R\$ 225.245 em 31 de dezembro de 2005 (R\$196.735 em 31 de dezembro de 2004).
- iii) Programa de Integração Social - PIS – Fundamentada em tutela cautelar liminar obtida, a Companhia compensou, entre fevereiro e junho de 2003, valores recolhidos indevidamente em períodos anteriores a título de PIS com valores mensais a serem recolhidos a título de Cofins. Em 31 de dezembro de 2005, uma provisão no montante de R\$ 76.302 (R\$66.987 em 31 de dezembro de 2004), correspondente às compensações efetuadas, foi constituída pela Companhia.
- iv) Seguro de Acidente de Trabalho - SAT - A Companhia está questionando judicialmente a constitucionalidade da contribuição ao SAT incidente sobre a folha de pagamento e, baseada em decisões preliminares obtidas, suspendeu os recolhimentos no período de dezembro de 1999 a dezembro de 2005. Os valores não recolhidos, atualizados monetariamente, montam a R\$ 73.346 em 31 de dezembro de 2005 e estão provisionados (R\$55.003 em 31 de dezembro de 2004).
- v) Fundo Aeroviário - FA - A Companhia está questionando judicialmente a constitucionalidade da contribuição para o Fundo Aeroviário - FA incidente sobre a folha de pagamento e, baseada em decisões preliminares obtidas, suspendeu os recolhimentos no período de dezembro de 1999 a dezembro de 2005. Os valores não recolhidos, atualizados monetariamente, montam a R\$ 116.324 em 31 de dezembro de 2005 e estão provisionados (R\$91.306 em 31 de dezembro de 2004).
- vi) Programa de Integração Social - PIS - A Companhia, apoiada em tutela antecipada, por considerar inconstitucional os Decretos-leis nº 2.445/88 e nº 2.449/88, que alteraram as alíquotas e a forma de cálculo de valores do PIS recolhidos no período de outubro de 1988 a janeiro de 1992, obteve o direito de compensar os valores recolhidos com tributos da mesma natureza. Como resultado, uma provisão foi registrada, cujo montante, equivalente aos valores compensados atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 2005 é de R\$ 156.779 (R\$98.747 em 31 de dezembro de 2004).
- vii) Fundo Aeroviário - FA – A Companhia obteve o direito de compensar os valores recolhidos a título de Fundo Aeroviário no período de novembro de 1990 a outubro de 1999 através de tutela antecipada. Em 31 de dezembro de 2005, uma provisão no montante de R\$ 375.852 (R\$180.793 em 31 de dezembro de 2004), correspondente às compensações efetuadas, foi constituída pela Companhia.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

- viii) INSS – Em ação que objetivou a declaração de inexigibilidade das contribuições sobre folha de salários, com alíquota superior a 20%, majorado pela Medida Provisória Nº 63/89, a Companhia obteve direito de compensar os valores recolhidos, respeitada a limitação de 30% prevista na Lei Nº9.250/95. Entretanto, a compensação foi efetuada posto que a mesma também estava sendo questionada judicialmente. O INSS glosou os valores compensados em excesso ao limite de 30% e, com base em nova avaliação de seus assessores jurídicos, a Companhia provisionou em 31 de dezembro de 2005 o montante de R\$ 55.266.
- ix) Tarifas Aeroportuárias – A Companhia obteve em agosto de 2005, tutela antecipada para a suspensão dos pagamentos das tarifas de pouso, de uso da comunicação e dos auxílios rádio e visuais em área de terminal de tráfego aéreo à navegação. Em 31 de dezembro de 2005 o montante provisionado é de R\$ 220.564.

Outros processos no montante de R\$ 17.567 em 31 de dezembro de 2005 (R\$11.952 em 31 de dezembro de 2004) referem-se principalmente a liminar sobre a retenção de 0,5% e 10% do FGTS.

Contingências trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2005, a Companhia estava exposta a ações trabalhistas, com as mais variadas características e em diversas fases do rito processual. Essas ações determinam um risco máximo total de R\$ 260.887. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos da Companhia e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, o montante provisionado de R\$ 149.232 (R\$109.200 em 31 de dezembro de 2004) é considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

Contingências cíveis

Em 31 de dezembro de 2005, a Companhia estava passível a ações cíveis com as mais variadas características e em diversas fases do rito processual. Essas ações determinam um risco máximo total de R\$312.300. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos da Companhia e no esperado sucesso de alguns julgamentos e de negociações que se devem realizar, o montante provisionado de R\$ 17.763 em 31 de dezembro de 2005 (R\$ 16.518 em 31 de dezembro de 2004) é considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas.

Adicionalmente, a Companhia está envolvida em outros processos, todos decorrentes de suas operações habituais, os quais, na opinião da Administração, representam um risco baixo de materialização e não são passíveis de produzir, isoladamente ou no seu conjunto, um efeito relevante sobre a sua posição financeira ou os resultados das suas operações. O principal processo está descrito a seguir:

As empresas de aviação comercial estão discutindo no Supremo Tribunal Federal a forma de cobrança e a definição de alíquotas do ICMS incidente sobre transporte aéreo, a partir de 1º de



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

janeiro de 1997. O Senado Federal fixou a alíquota de ICMS sobre transportes aéreos interestaduais em 4%, enquanto o Conselho Nacional da Política Fazendária - CONFAZ, através do Convênio nº 120/96, estabeleceu a alíquota de 12% para o mesmo tipo de transporte. A Companhia, enquanto discute judicialmente a alíquota aplicável, está adotando a decisão promulgada pelo Senado Federal.

Créditos contingentes

Diferença tarifária - Fundamentada nos termos dos contratos de concessão de linhas aéreas, a Companhia está promovendo ação judicial contra a autoridade concedente, objetivando o ressarcimento de perdas decorrentes de insuficiência tarifária verificada no período de 1986 a 1991. A ação foi julgada favorável à Companhia em primeiras e segundas instâncias e teve seu valor fixado em cerca de R\$2,3 bilhões e R\$1,4 bilhão, respectivamente, em cada uma dessas fases do processo.

Crédito de ICMS - Em 12 de setembro de 1996, o Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional a incidência do ICMS sobre serviços de transporte aéreo prestados no período compreendido entre maio de 1989 e dezembro de 1996. Conseqüentemente, a Companhia considerou indevidos os pagamentos do referido tributo por ela efetuado entre maio de 1989 e junho de 1994 e está promovendo ação judicial contra os Estados, objetivando o ressarcimento dos créditos que totalizavam a aproximadamente R\$1,3 bilhão em 31 de dezembro de 2005.

Esses créditos só serão reconhecidos nas demonstrações financeiras no momento de suas efetivas realizações.

20. CAPITAL SOCIAL

O capital social, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2005, representado por ações sem valor nominal, está composto como segue:

<u>Ações</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor</u>
Ordinárias	42.209.812	150.011
Preferenciais	27.716.721	98.503
	<u>69.926.533</u>	<u>248.514</u>

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 150.000.000 de ações, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará a espécie e a quantidade das ações a serem emitidas, o preço de emissão e as condições de colocação.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

De acordo com o estatuto social da Companhia, os acionistas titulares de ações de qualquer espécie têm o direito a dividendos de, no mínimo, 25% sobre o lucro líquido do exercício, computados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ou 6% ao ano, não cumulativos, calculados sobre o capital global da espécie e rateados entre os respectivos titulares, caso seja maior que o dividendo mínimo. As ações preferenciais não têm direito a voto; todavia, têm prioridade no reembolso do capital e dividendos 10% maiores que os atribuídos aos detentores de ações ordinárias (artigo 17, inciso I, da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 9.457/97). De acordo com o Código Brasileiro de Aeronáutica (artigo 181, § 1º), as ações preferenciais em nenhuma hipótese adquirirão direito de voto e jamais poderão ser convertidas em ações ordinárias.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Valor justo de instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia têm sido determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para se produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Conseqüentemente, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Em 31 de dezembro de 2005, a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros:

i) Disponível, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

O valor contabilizado aproxima-se do valor de realização.

ii) Investimentos

Consistem principalmente em controladas e coligadas, registrados pelo método de equivalência patrimonial, as quais têm interesse estratégico para as operações da Companhia. Considerações de valor de mercado não são aplicáveis.

iii) Empréstimos e financiamentos

Sujeitos a juros com taxas usuais de mercado, conforme descrito na nota explicativa nº 12. O valor estimado de mercado foi calculado tendo por base o valor presente do desembolso futuro de caixa, utilizando taxas de juros médias praticadas pelo mercado para a emissão de débitos com vencimentos e termos similares, as quais podem não estar disponíveis para a



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

Companhia devido à sua situação econômico-financeira. O valor estimado de mercado dos financiamentos, incluídas as parcelas de curto prazo, é o seguinte:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Valor patrimonial	2.472.135	2.070.707
Valor de mercado	1.862.113	2.195.231

iv) Financiamentos de obrigações fiscais

As condições são similares às normas usuais para taxas de financiamento de impostos e não há diferenças materiais relacionadas com taxas de juros aplicadas a financiamentos de mesma natureza. O valor estimado de mercado foi calculado tendo por base o valor presente do desembolso futuro de caixa, utilizando taxas de mercado disponíveis para operações similares. O valor estimado de mercado é o seguinte:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Valor patrimonial	3.336.991	3.292.871
Valor de mercado	2.301.042	2.564.942

b) Risco com taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia não tem contratado operações de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2005, a Companhia tinha R\$5.809.126 (R\$ 5.491.697 em 2004) em empréstimos e financiamentos, cuja indexação está descrita a seguir:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Em moeda estrangeira:		
Juros fixos	1.952.433	347.293
Juros flutuantes (i)	-	430.173
Em moeda nacional:		
Juros flutuantes (ii)	3.336.020	4.586.112

(i) LIBOR para dólar norte-americano.

(ii) TJLP.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

c) Risco com taxa de câmbio

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. A estratégia da Companhia é proteger sua exposição aos riscos decorrentes da assunção de passivos denominados em moeda estrangeira com a parte de seu faturamento também denominada em moeda forte.

Está demonstrada a seguir exposição, por moeda, em 31 de dezembro de 2005, a qual considera os valores patrimoniais de empréstimos e financiamentos e das disponibilidades:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Empréstimos e financiamentos:		
Real	1.469.362	1.300.222
Dólar norte-americano	<u>1.002.773</u>	<u>770.485</u>
Total (1)	<u><u>2.472.135</u></u>	<u><u>2.070.707</u></u>
Disponibilidades:		
Real	92.142	98.501
Dólar norte-americano	<u>2.494</u>	<u>11.333</u>
Total (2)	<u><u>94.636</u></u>	<u><u>109.834</u></u>
Exposição líquida (1 - 2):		
Real	1.377.220	1.201.721
Dólar norte-americano	<u><u>1.000.279</u></u>	<u><u>759.152</u></u>

d) Derivativos

São mantidas aplicações financeiras indexadas pela variação do dólar norte-americano para cobrir parcialmente os vencimentos futuros das dívidas na mesma moeda. Em 31 de dezembro de 2005, o montante das aplicações financeiras indexadas em moeda estrangeira é de R\$ 2.494. A Companhia não possuía derivativos com o propósito de especulação.

e) Risco de crédito

A Companhia pode incorrer em perdas com valores a receber oriundos de faturamentos por prestação de serviços de manutenção de aeronaves, serviços de transporte de cargas e vendas de bilhetes através de agentes de viagens e/ou vendas diretas. Para reduzir esse risco, é realizada análise de crédito dos devedores.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

Para fazer face a possíveis perdas com crédito de liquidação duvidosa, foram constituídas provisões, cujos montantes são considerados suficientes pela Administração para a cobertura desse risco.

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2005, os saldos de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, para os quais não há prazo-limite para a utilização, são como segue:

<u>Ano</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>
1994	86.863	236.934
1995	40.600	153.583
1996	-	23.692
1998	-	216.478
1999	31.761	38.836
2000	223.270	210.626
2001	-	-
2002	1.091.441	1.079.247
2003	3.090.490	3.078.302
2004	72.650	66.811
2005	124.336	124.336
	<u>4.761.411</u>	<u>5.228.845</u>



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

O imposto de renda e a contribuição social sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporais estão demonstrados como segue:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Impostos diferidos ativos sobre:		
Prejuízos fiscais a compensar	1.190.353	1.159.269
Base negativa de contribuição social	<u>470.596</u>	<u>459.399</u>
	<u>1.660.949</u>	<u>1.618.668</u>
Impostos diferidos ativos sobre diferenças temporais:		
Provisão para tributos amparados liminar	527.553	117.179
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	64.700	61.868
Provisão para ajuste de estoque	-	566
Provisão para Perdas com Mútuo	1.147	-
Provisão para o Programa Smiles	26.857	23.784
Provisão para Manutenção e Equipamentos	83.664	31.988
Provisão para contingências	304.438	371.606
Provisões para participação nos resultados	5.448	-
Outras provisões temporariamente indedutíveis	<u>27.698</u>	<u>-</u>
	<u>1.041.505</u>	<u>606.991</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos:	2.702.454	2.225.659
Menos- Créditos não reconhecidos	<u>(2.702.454)</u>	<u>(2.225.659)</u>
Impostos diferidos ativos, líquidos	<u>-</u>	<u>-</u>
Créditos (débitos) no resultado do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>

23. 23. PLANO DE APOSENTADORIA COMPLEMENTAR

23.1) Provisões

A Companhia é patrocinadora do Instituto Aerus de Seguridade Social ("Aerus"), por meio do plano de aposentadoria complementar.

Em 10 de setembro de 2002, o Aerus enviou à Secretaria de Previdência Complementar pedido de alterações nos regulamentos dos planos de benefícios por ele administrados e patrocinados pela Companhia. As alterações, que foram aprovadas em 5 de setembro de 2002 pelo Conselho Deliberativo e pela Diretoria Executiva do Aerus, têm como objetivos principais o equacionamento do déficit técnico e a adequação das contribuições das patrocinadoras às suas situações econômico-financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

As principais alterações nos regulamentos que foram aprovadas pela Secretaria de Previdência Complementar e passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2003 referem-se a redução das contribuições das patrocinadoras, isenção de suas responsabilidades para a cobertura de eventuais déficits futuros e uniformização dos Planos I e II, que passam a ser na modalidade de contribuição definida. A cobertura da Provisão Matemática a Constituir das patrocinadoras que tiveram as alterações regulamentares aprovadas através dos Ofícios SPC/CGAJ nº 2.035 e nº 2.083, de 3 de dezembro de 2002 e 12 de dezembro de 2002, respectivamente, está garantida por meio de contrato de dívida firmado entre as patrocinadoras e o Aerus. As alterações nos planos foram elaboradas de acordo com o artigo 17 da Lei Complementar nº 109, que estabelece que “as alterações processadas nos regulamentos dos planos aplicam-se a todos os participantes das entidades fechadas, a partir de sua aprovação pelo órgão regulador e fiscalizador, observando o direito acumulado de cada participante”.

O plano patrocinado pela Companhia a seus funcionários é o Plano II - Contribuição Definida, como segue:

a) Plano II - Contribuição Definida

O plano de benefício atende 8.978 participantes ativos 5.487 aposentados e 1.185 pensionistas da Companhia. Esse plano é viabilizado através de contribuições feitas pelos participantes (empregados) e pela patrocinadora, que são creditadas em contas individuais dos participantes.

As contribuições dos participantes são como segue:

- Contribuição básica - corresponde a um percentual escolhido pelo participante, aplicado sobre o salário de participação.
- Contribuição adicional - o participante pode efetuar contribuições esporádicas, para o fundo do plano, em seu próprio nome.

Adicionalmente, os benefícios do plano serão custeados por meio de receitas de aplicações do patrimônio, dotações, doações, subvenções, legados, rendas e outros pagamentos de qualquer natureza.

As contribuições da patrocinadora são como segue:

- Contribuição básica - contribuição opcional, através de um percentual definido pela patrocinadora, podendo ser zero, que incidirá sobre a contribuição básica do participante.
- Contribuição adicional - a patrocinadora poderá efetuar contribuições adicionais em nome dos participantes.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

Em adição às contribuições mencionadas, a patrocinadora efetuará contribuições destinadas à cobertura dos benefícios de risco alocadas em conta coletiva. A patrocinadora também assumirá o custeio relativo à cobertura do Compromisso Especial, ou seja, o direito acumulado dos participantes calculado através da reserva matemática ou do montante atualizado das contribuições dos participantes necessário para cobrir os custos de aposentadoria, dos dois o mais favorável a estes.

As despesas administrativas do plano serão de responsabilidade da patrocinadora, não podendo ultrapassar o produto de 15% das contribuições mensais dos participantes e da própria patrocinadora.

Os benefícios previstos no novo regulamento serão ajustados com base no INPC-IBGE.

Para cada participante são mantidas três contas individuais da seguinte forma:

- Conta de participante - formada pelas contribuições básicas e adicionais efetuadas pelos participantes.
- Conta de patrocinadora 1 - formada pelo aporte do valor relativo ao Direito Acumulado (direito dos participantes inscritos no Aerus com data anterior à aprovação do novo regulamento), calculado atuarialmente com base nos dados dos participantes na data de entrada em vigor do novo regulamento, segundo as regras vigentes até o dia imediatamente anterior. Nos casos em que ocorrer transferência do participante para outro plano de benefícios administrado pelo Aerus, o saldo da conta de patrocinadora 1 será deduzido da parcela ainda não integralizada do Direito Acumulado.
- Conta de patrocinadora 2 - formada pelas contribuições básica e adicional da patrocinadora.

Durante o exercício de 2005, a Companhia efetuou contribuições ao plano no montante de R\$43.188 (R\$86.673 em 2004).

Em adição aos benefícios dos planos descritos, a Companhia oferece aos seus empregados, ativos e aposentados, a utilização não onerosa para os participantes dos serviços dos seus centros de assistência médica. Os custos de manutenção desses benefícios, que são reconhecidos no resultado quando incorridos, montaram a R\$3.732 em 2005 (R\$2.938 em 2004).



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

b) Contabilização de planos de pensão

A Companhia e suas controladas optaram por registrar os passivos atuariais referentes ao plano que patrocinam a partir de 1º de janeiro de 2002 em cinco anos, conforme facultado pelo artigo 84 da Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. Na avaliação atuarial do plano foi adotado o método do crédito unitário projetado, utilizando para elaboração da avaliação atuarial dos benefícios oferecidos os dados dos participantes posicionados em 30 de junho de 2005 e dos ativos do plano posicionados em 31 de dezembro de 2005. O rateio dos ativos do plano foi feito com base no passivo atuarial da Companhia em relação ao passivo atuarial total do plano.

Na determinação do valor justo dos ativos foram excluídos os valores que representam direitos contra a patrocinadora relativos a contribuições não pagas e empréstimos no montante de R\$1.086.301 (R\$1.042.935 em 2004) devido tratar-se de instrumento financeiro não transferível emitido pela patrocinadora.

Demonstramos a seguir a composição da provisão para o plano de aposentadoria em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, bem como informações adicionais:

i) Conciliação dos ativos e passivos

	2005	2004
Total do passivo atuarial	(2.833.404)	(2.577.286)
Valor justo dos ativos	308.245	382.741
Valor presente das obrigações atuarias descobertas	(2.525.159)	(2.194.545)
Valor líquido das perdas não reconhecidas	550.418	472.629
Valor do custo do serviço passado apurado na transição do plano	108.221	216.441
Valor do custo do serviço passado apurado na alteração do plano	51.808	55.447
	(1.814.712)	(1.450.028)
(-) Direitos contra patrocinadora *	1.086.301	1.042.935
Passivo reconhecido no balanço patrimonial	(728.411)	(407.093)

(*) A obrigação da patrocinadora está registrada na rubrica Empréstimos, Financiamentos e Debêntures evidenciado na nota explicativa 12.b



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

ii) Despesa prevista para 2006 e real para 2005

	2006	2005
Custo do serviço corrente	2.417	2.782
Custo dos juros sobre obrigações atuariais	347.815	322.600
Rendimento esperado dos ativos	(32.962)	(42.775)
Amortização da perda	17.331	13.406
Amortização do custo do serviço passado na transição do plano	108.221	108.220
Amortização do custo do serviço passado na alteração do plano	3.639	3.639
	<u>446.461</u>	<u>407.872</u>

iii) Premissas atuariais

	2005		2004	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Taxa utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	7,50%	12,88%	7,75%	13,14%
Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano	8,86%	14,30%	8,25%	13,66%
Taxa de crescimento salarial estimado	2,00%	7,10%	2,00%	7,10%
Taxa de reajuste de benefícios		5,00%		5,00%
Taxa de inflação esperada		5,00%		5,00%
Tábua biométrica de mortalidade geral	GAM 1983 modificada	GAM 1983 modificada	GAM 1971 modificada	GAM 1971 modificada

23.2) Contrato de cobertura da reserva atuarial sobre benefícios concedidos

Nos termos da legislação aplicável, a Secretaria da Previdência Complementar – SPC determina que sejam firmados contratos entre as patrocinadoras e as entidades de Previdência Complementar, visando à cobertura da reserva atuarial dos benefícios concedidos.

Em 1º de julho de 2004 a Companhia como patrocinadora do AERUS assinou Instrumento Particular de Reconhecimento de Responsabilidade e outros pactos no qual assume a responsabilidade pelo déficit técnico correspondente aos benefícios concedidos no montante de R\$ 673.282 (Planos de Benefícios I - R\$ 511.898 e Plano de Benefícios II - R\$ 161.384). Os compromissos atuariais foram tomados como referência inicial, apurado através do Demonstrativo dos Resultados das Avaliações Atuarial – DRAA, com data base em 30 de junho de 2003, posicionado em 31 de dezembro de 2003. Os valores de referência serão revistos anualmente conforme legislação aplicável, e em 31 de dezembro de 2005 este déficit corresponde a R\$ 1.055.899 (Plano de Benefícios I – R\$ 731.340 e Plano de Benefícios II – R\$ 324.560).



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

Apesar do valor do contrato para cobertura atuarial celebrado com AERUS superar em R\$ 327.488 o valor do passivo atuarial total registrado pela Companhia em 31 de dezembro de 2005, a Companhia continuará adotando o procedimento de calcular e reconhecer o passivo atuarial em cinco anos, conforme as disposições da Deliberação CVM nº 371/2002.

Como conseqüência das disposições da Deliberação CVM 371/2002, principalmente no que se refere aos procedimentos para o reconhecimento contábil dos ganhos ou perdas atuariais e dos serviços passados, os registros contábeis não contemplam a totalidade dos valores correspondentes às obrigações relacionadas ao contrato celebrado com a AERUS, dado que as normas da Secretaria da Previdência Complementar – SPC, estabelecem como premissa a contratação da totalidade dos compromissos atuariais assumidos pela patrocinadora relacionados aos benefícios concedidos.

Dessa forma, visando adequar seus registros contábeis ao passivo atuarial líquido total registrado em 31 de dezembro de 2005, no valor de R\$728.411, a Companhia registrou no exigível a longo prazo o valor total do contrato celebrado com o AERUS, no montante de R\$ 1.055.899, sendo a parcela excedente, no valor de R\$ 327.488, tratada como redutor do passivo atuarial, a título de diferimento, ficando este valor sujeito a revisões anuais.

Os pagamentos para cobertura atuarial somente serão realizados a partir de 1º de janeiro de 2008 e na eventualidade do Instituto AERUS de Seguridade Social não ter o êxito na ação judicial movida contra a União Federal na qual pleiteia indenização pelos danos, decorrentes da supressão da “terceira fonte” e o restabelecimento da referida receita. Caso o pleito não esteja definido até 1º de janeiro de 2008 será elaborado instrumento específico que disporá sobre a realização de pagamentos destinados a cobrir o déficit técnico atualizado e condições que devem estabelecer a periodicidade de pagamentos da seguinte forma:

- a) Plano de Benefícios I – será reavaliado e o total será pago em 91 parcelas, iguais, mensais e sucessivas reajustáveis mensalmente pelo índice da meta atuarial do AERUS correspondente ao IGP-M/FGV.
- b) Plano de Benefícios II – será reavaliado e o total será pago em 145 parcelas, iguais, mensais e sucessivas reajustáveis mensalmente pelo índice da meta atuarial do AERUS correspondente ao IGP-M/FGV.

A Companhia ofereceu como garantia caução de parte do seu crédito contra a União Federal reconhecido nos autos da Ação Ordinária nº 93.00.02252-0, em curso perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, até o valor pactuado no presente instrumento.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

23.3) Contrato de cobertura da reserva atuarial sobre benefícios a conceder

Em 31 de dezembro de 2005 o valor referente a Benefícios a Conceder é de R\$194.423 e o reconhecimento contábil destes valores são efetuados pela Companhia em consonância com as disposições da Deliberação CVM 371/2002.

Não foram firmados pactos entre as partes visando à cobertura da reserva atuarial referente aos benefícios a conceder.

24. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Os principais componentes das outras receitas (despesas) operacionais, líquidas são:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Provisão para contingências	(48.975)	(5.222)
Juros contingência	(159.837)	(61.165)
Passivo atuarial - AERUS	(321.318)	(196.274)
Recuperação ICMS - Rio de Janeiro (a)	-	76.715
Gastos com reestruturação de frota	(18.314)	-
Receita pela expiração de bilhetes emitidos (b)	51.298	139.893
Programa de milhagem - Smiles (c)	-	83.622
Despesas com Recuperação Judicial	(24.170)	-
Finsocial (d)	-	119.074
Outras despesas	<u>(152.508)</u>	<u>(84.132)</u>
	<u>(673.824)</u>	<u>60.486</u>

a) Em 03 de setembro de 2004, considerando principalmente que o Supremo Tribunal Federal já havia julgado inconstitucional a incidência do ICMS sobre serviços de transporte aéreo de passageiros prestados no período compreendido entre maio de 1989 e dezembro de 1996, o Governo do Estado do Rio de Janeiro autorizou a Companhia a transferir e utilizar os créditos de ICMS recolhidos indevidamente no período compreendido entre maio de 1989 e junho de 1994.

b) Refere-se a baixa de bilhetes de passagem aérea registrados no balanço patrimonial na rubrica transporte a executar, emitidos e não voados dentro da validade legal da passagem aérea.

c) A Companhia, com base em avaliação técnica atuarial realizada por especialista independente, finalizou o processo de reavaliação da utilização das milhas acumuladas no programa de milhagem – Smiles, conquistados por seus clientes e não resgatadas, assim como dos custos adicionais por passageiro transportado, denominado “custo incremental”, para valorização das milhas acumuladas e



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

não resgatadas. Em 30 de setembro de 2004 a Companhia finalizou a reavaliação do custo incremental, atualmente representados por custos de seguro, “catering” e conforto, para a valorização das milhas acumuladas e não resgatadas; como consequência a Companhia registrou uma reversão da provisão para o programa de Milhagens - Smiles no montante de R\$83.622 mil.

d) Fundamentada em tutela cautelar obtida, a Companhia compensou, em 2003, valores recolhidos a mais a título de Finsocial com valores mensais a serem recolhidos a título de Cofins. Em virtude da Fazenda Nacional ter ingressado com Ação Rescisória contra decisão favorável à Companhia proferida pelo Supremo Tribunal Federal e não obstante o Tribunal Regional Federal – TRF haver emitido Certidão de Julgamento declarando a improcedência da Ação Rescisória, até 31 de dezembro de 2004, uma provisão correspondente às compensações efetuadas era constituída pela Companhia pelo fato de o TRF não haver emitido o despacho confirmado o trânsito em julgado da ação. Em 11 de fevereiro de 2005, o TRF emitiu o despacho correspondente e, conseqüentemente, a Companhia estornou a provisão anteriormente constituída, no montante de R\$ 119.074 e constituiu o crédito não compensado.

25. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Refere-se principalmente ao registro da provisão para perda líquida na alienação das participações societárias nas empresas relacionados Varig Logística S.A. e Varig Engenharia e Manutenção no valor de R\$171.422 conforme mencionado na nota explicativa 9.

26. SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados pela Administração suficientes para a cobertura de eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

Despesas de responsabilidade civil perante terceiros, limitadas ao equivalente em Reais a um bilhão de dólares norte-americanos, provocadas por atentados terroristas ou atos de guerra que a Companhia possa vir a ser exigida, serão de responsabilidade do Governo Brasileiro conforme prevê a Lei Nº 10.744, de 09 de outubro de 2003 e Decreto N 5.035 de 05 de abril de 2004.

Esta Lei é decorrência dos atentados terroristas ocorridos nos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001, pois as seguradoras limitaram as coberturas de cascos de aeronaves e responsabilidade civil após este evento a aproximadamente 150 milhões de dólares norte-americanos por sinistro e para coberturas maiores seria necessário o pagamento à vista, o que inviabilizou as contratações.

27. RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS

Em 7 de dezembro de 2001, a Companhia e a The Boeing Company - TBC assinaram um Memorando de Entendimentos com o objetivo de reestruturar certos contratos de arrendamento de aeronaves.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E DE 2004

As principais condições ratificadas pelo Acordo são:

- Compra pela TBC de certas aeronaves.
- Assunção pela TBC de direitos e obrigações da Companhia, estabelecidos em certos contratos de arrendamento de aeronaves.
- Arrendamento pela TBC à Companhia de certas aeronaves que foram objeto de venda nessa negociação.
- Modificação das condições financeiras de contratos de arrendamento para refletir as atuais condições de mercado.

A Companhia também concordou em adquirir ou arrendar um certo número de aeronaves Boeing durante um determinado período de tempo. Conforme estabelecido no Memorando de Entendimentos, como garantia das operações efetuadas a Companhia emitiu uma nota promissória em favor da TBC no valor de US\$119 milhões, com juros trimestrais baseados na taxa interbancária de Londres - LIBOR acrescidos de 4% ao ano sobre o principal, a qual somente se tornará exigível caso a aquisição ou o arrendamento de aeronaves não se concretizem.

O Acordo inclui certas cláusulas restritivas, principalmente com relação à aquisição de aeronaves, inadimplência nos pagamentos de obrigações, pedido de concordata, paralisação das operações regulares de transporte aéreo, venda de bens do ativo e mudanças significativas no controle acionário da Companhia.

28. HABILITAÇÃO DE CRÉDITOS

As obrigações da Companhia para com seus credores para habilitação no Processo de Recuperação Judicial, foram confirmadas até 31 de dezembro de 2005. O Juízo da 8ª Vara Empresarial está analisando as divergências entre a posição da Companhia e o crédito declarado pelos credores. Para as divergências apresentadas foram registrados contabilmente os valores mais conservadores.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 11 de abril de 2006 o Ministério da Previdência Social e Secretaria de Previdência Complementar decretou a liquidação extrajudicial dos planos de benefícios I e II e a intervenção no Instituto AERUS de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar, patrocinado pela VARIG S.A. – Viação Aérea Rio Grandense.

A Administração está analisando os possíveis efeitos que resultaram da liquidação extrajudicial dos planos do Aerus sobre a posição patrimonial e financeira da Companhia.



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Humberto Rodrigues Filho - Presidente
Sergio de Almeida Bruni – Vice Presidente
Gesner José de Oliveira
Harro Fouquet
Sérgio Xavier Ferolla

DIRETORIA

Marcelo William Bottini – Diretor Presidente
Marcus Monteiro Prata – Diretor de Operações de Voo
Carlos de Oliveira Muzzio – Diretor de Vendas
Ricardo José Bullara - Diretor de Controladoria e Relação com Investidores
Faustino Albano Pereira Junior – Diretor de Marketing
José Dolabela Portela – Diretor de Atendimento ao Cliente

Agostinho A. P. Leite Neto
Contador
CRC-SP –159.319-S/RS
CPF 047.866.998-45



PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Diretores da

“VARIG”, S. A. (Viação Aérea Rio-Grandense) – “Em Recuperação Judicial”

Porto Alegre – RS

1. Examinamos os balanços patrimoniais da “VARIG”, S. A. (Viação Aérea Rio-Grandense) – “Em Recuperação Judicial”, levantados em 31 de dezembro de 2005 e 2004, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da “VARIG”, S. A. (Viação Aérea Rio-Grandense) – “Em Recuperação Judicial” em 31 de dezembro de 2005 e 2004, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido (passivo a descoberto) e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. A Companhia vem apresentando expressivos prejuízos líquidos e, em 31 de dezembro de 2005 o passivo circulante excedia o ativo circulante em R\$ 801.138 mil e o passivo a descoberto era de R\$7.920.866 mil. Adicionalmente, as projeções do fluxo de caixa da Companhia indicam a necessidade de captação de relevantes recursos no curto prazo para possibilitar a manutenção de suas atividades. As ações que estão sendo desenvolvidas pela Administração para a superação das atuais dificuldades estão descritas no Relatório de Administração e na nota explicativa nº 1. Conforme descrito na nota explicativa nº 10, em 31 de dezembro de 2005, a Companhia possuía saldo líquido a receber, de R\$561.773 mil, parte do qual depende de negociações em curso, de empresas relacionadas que também apresentam dificuldades operacionais e, conseqüentemente, a realização desse ativo é incerta. A continuidade dos negócios da Companhia dependerá do sucesso das medidas que estão sendo tomadas pela Administração e, portanto, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2005 não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos caso não venha ser homologado o PAES ou na impossibilidade de a Companhia continuar operando.



PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

5. Conforme descrito na nota explicativa nº 18 a Companhia por não ter atingido todas as condições para a manutenção no Programa de Parcelamento Especial – PAES foi excluída do programa no que se refere às contribuições ao Instituto Nacional de Seguridade Social; porém seus assessores legais conseguiram por meio de liminar a sua reinclusão; conseqüentemente a manutenção da Companhia no programa de parcelamento especial dependerá do sucesso das ações judiciais em andamento. Em 31 de dezembro de 2005, apesar de os valores incluídos no Programa de Parcelamento Especial – PAES não terem sido homologados pelas autoridades competentes, a contabilização e classificação das dívidas foram efetuadas de acordo com as condições estabelecidas no programa, com base na expectativa da Administração de uma adequada resolução deste assunto.

São Paulo, 20 de março de 2006. (exceto a nota explicativa nº 29 para a qual a data é 11 de abril de 2006)

Orlando Octavio de Freitas Jr.
Sócio-contador
CRC nº 1 SP 178871/O-4 S/RS

BDO TREVISAN AUDITORES INDEPENDENTES
CRC nº 2 SP 013439/O-5



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da VARIG S/A (Viação Aérea Rio-Grandense) no cumprimento de suas obrigações estatutárias e legais, em reunião realizada nesta data, para analisar as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, decidiu examinar e dar parecer sobre as citadas demonstrações.

Assim, foram examinados o Relatório Anual da Administração, o Balanço Patrimonial, as demonstrações do Resultado do Exercício, das Origens e Aplicações de Recursos, das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto), e as respectivas notas explicativas, referentes ao exercício social de 2005. Diante disso, baseado nas análises dos balancetes trimestrais e no Parecer dos Auditores Independentes, este Conselho Fiscal é de parecer que as referidas demonstrações refletem a situação financeira, a estrutura patrimonial e os resultados das atividades e, em decorrência, opina pela aprovação das citadas demonstrações pela Assembléia Geral dos Acionistas.

São Paulo, 27 de Março de 2006.

Geraldo Gianini

Fabício Nedel Scalzilli

Inácio Mitsuo Uchida